



Impacto da Implementação do Sistema de Normalização Contabilística na Associação Empresarial de Viana do Castelo

Cláudio Leandro Moniz Mendonça

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico de Viana do
Castelo para obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças

Orientadora: Prof.^a Doutora Alexandra Fontes

Orientador da Empresa: Dr. Carla Freixo

Este relatório inclui críticas e sugestões feitas pelo júri

Viana do Castelo, outubro de 2018



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

Impacto da Implementação do Sistema de Normalização Contabilística na Associação Empresarial de Viana do Castelo

Cláudio Leandro Moniz Mendonça

Orientadora: Prof.^a Doutora Alexandra Fontes

Orientador da Empresa: Dr. Carla Freixo

Viana do Castelo, outubro de 2018

RESUMO

Este relatório tem por base o estágio curricular realizado entre os dias 5 de dezembro a 10 de março de 2017, na Associação Empresarial de Viana do Castelo (AEVC), na área da contabilidade. Este estágio tem como objetivo de ter uma experiência no mercado de trabalho, de forma a possibilitar a aplicação dos conhecimentos que foram assimilados durante o mestrado. Este veio mostrar a variedade de tarefas que são realizadas pelos contabilistas, sendo que a formação constante é essencial para a realização destas tarefas de forma competente e idónea.

O tema escolhido para este estudo foi o impacto da implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) na AEVC. Optei pela escolha deste tema porque, durante o mestrado, já tinha realizado uma pesquisa sobre o impacto da cultura na harmonização contabilística. Assim, suscitou interesse pelo tema da harmonização e também pela situação contabilística em Portugal. Neste contexto, ao longo deste relatório, abordo as tarefas que foram realizadas durante o estágio, explicando teoricamente o que foi realizado.

O objetivo deste relatório de estágio é apresentar os impactos que a implementação do SNC teve na empresa. A metodologia utilizada para obter esta informação foi através de uma entrevista à contabilista certificada. Este estudo permitiu concluir que os impactos não foram muito significativos e não houve grandes dificuldades por parte dos profissionais da empresa.

Palavras chave: Harmonização Contabilística; Sistema de Normalização Contabilística; *International Financial Reporting Standards*; Impacto Contabilístico.

ABSTRACT

This report is based on the curricular internship held between December 5 and March 10, 2017, in the Business Association of Viana do Castelo, in the area of accounting. This internship has the objective of having an experience in the labor market, in order to allow the application of the knowledge that was assimilated during the master's degree. This stage has shown the variety of tasks that are performed by the accountants, and constant training is essential for the performance of these tasks in a competent and suitable way.

Regarding the theme chosen for this study was the impact of the implementation of the Accounting Standardization System at the Viana do Castelo Business Association. I chose this topic because, during the masters program, I had already done research on the impact of culture on accounting harmonization. This led to an interest in the theme of harmonization and also in the accounting situation in Portugal. In this context, throughout this report, I cover the tasks that were performed during the internship, explaining in theory what was done.

The objective of this internship report is to present the impacts that the implementation of the Accounting Standardization System had on the company. The methodology used to obtain this information was through an interview with the certified accountant. This study allowed us to conclude that the impacts were not very significant and there were no major difficulties on the part of the company's professionals.

Keywords: Accounting Harmonization; System of Accounting Normalization; IFRS; Accounting Impact.

SIGLAS

AEP - Associação Empresarial de Portugal

AEVC - Associação Empresarial de Viana do Castelo

AIM – *Alternative Investment Market*

AIPCA - *American Institute of Certified Public Accounts*

AT - Autoridade Tributária

CC - Contabilistas Certificados

CEE – Comunidade Económica Europeia

CESR - *Committe of European Securities Regulators*

CIRC - Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

CIRS – Código de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

CIVA - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CM - Compra de Mercadorias

CNC - Comissão Normalização Contabilística

COSO - *Committe of Sponsoring Organizations*

DF – Demonstrações Financeiras

DL - Decreto-Lei

FCT - Fundo de Compensação do Trabalho

FGCT - Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

IAS – *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IASC - *International Accounting Standards Committe*

IES - Informação Empresarial Simplificada

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IRC - Imposto Sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas

IRS - Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IUC - Imposto Único de Circulação

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

NCRF-ME - Norma Contabilística para Microentidades

NCRF - Norma Contabilística de Relato Financeiro

NCRF-ESNL – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo

NCRF-PE - Normas Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados

PEC – Pagamentos Especial por Conta

POC - Plano Oficial de Contabilidade

PPC – Pagamentos por Conta

PWC - *PricewaterhouseCoopers*

RITI - Regime do Imposto sobre o Valor Acrescentado nas Transições Intracomunitárias

RL - Resultado Líquido

SNC - Sistema Normalização Contabilística

UE - União Europeia

Índice

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
SIGLAS.....	iii
Capítulo I - Introdução	1
Capítulo II – Revisão de Literatura	3
2.1- Evolução da Harmonização Contabilística.....	3
2.1.1- Necessidade da Harmonização da Contabilidade	4
2.1.2- As Vantagens e Desvantagens da Harmonização Contabilística	5
2.3- Evolução da Normalização em Portugal.....	7
2.4- Sistema de Normalização Contabilística	9
2.4.1- O SNC na Atividade dos Profissionais.....	11
2.4.2- O SNC nas Empresas Portuguesas	12
2.4.3 – Vantagens e Desvantagens do Sistema de Normalização Contabilística	13
2.5- Análise de Estudos Empíricos	15
2.5.1- Adoção das IAS/IFRS em Portugal.....	15
Capítulo III- Estágio Curricular.....	20
3.1- História da Empresa	21
3.1.1 – Marcos Históricos	22
3.2- Missão e Visão da Empresa.....	24
3.3- Trabalho Desempenhado	24
3.3.1- Organização dos Documentos Contabilísticos e Fiscais	25
3.3.2- Arquivo dos Documentos.....	25
3.3.3- Registo dos Documentos no Programa Informático	26

3.3.3.1- Lançamentos Contabilísticos do Diário de Caixa.....	27
3.3.3.2- Lançamentos Contabilísticos no Diário de Bancos.....	29
3.3.3.3- Lançamentos Contabilísticos no Diário de Compras.....	33
3.3.3.4- Lançamentos Contabilísticos no Diário de Vendas.....	34
3.3.3.5- Lançamentos Contabilísticos no Diário de Diversos.....	35
3.3.4- Práticas de Controlo Interno.....	37
3.3.5- Obrigações Fiscais.....	38
3.3.5.1- Contribuição para a Segurança Social.....	38
3.3.5.2- Imposto sobre o Valor Acrescentado.....	39
3.3.5.3- Imposto Único de Circulação.....	42
3.3.5.4- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.....	42
3.3.5.5- Derrama Municipal e Estadual.....	43
3.3.5.6- Tributação Autónoma.....	44
3.3.5.7- Pagamento por Conta.....	45
3.3.5.8- Pagamento Especial por Conta.....	46
3.3.5.9- Declaração Modelo 10.....	46
3.3.5.10- Retenção na Fonte.....	47
3.3.5.11- Fundo de Compensação e de Garantia de Compensação do Trabalho.....	48
3.3.5.12- Informação Empresarial Simplificada.....	48
3.3.6- Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares.....	49
3.3.7- Operações de Fim de Exercício.....	50
3.3.7.1- Balanço.....	52
3.3.7.2- Demonstração de Resultados.....	53
3.3.7.3- Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	53
3.3.7.4- Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	53

3.3.7.5- Anexo	54
3.3.7.6- Comunicação de Inventário à Autoridade Tributária	55
3.4- Impactos do Sistema de Normalização Contabilística na AEVC	56
Capítulo IV – Conclusão	59
Referências	61
Apêndice 1 – Guião de Entrevista	i

Índice de Quadros

Quadro 1. Representação das Alterações das DF.....	13
Quadro 2. Recebimento de Clientes.....	27
Quadro 3. Compra de Mercadorias.....	28
Quadro 4. Compra de Gasóleo.....	29
Quadro 5. Depósitos Bancários.....	30
Quadro 6. Pagamento aos Fornecedores.....	30
Quadro 7. Pagamentos ao Estado.....	30
Quadro 8. Pagamento de Despesas.....	31
Quadro 9. Pagamento de Comissões Bancárias.....	32
Quadro 10. Pagamento de Prestação de Empréstimo.....	32
Quadro 11. Pagamento de Salários.....	32
Quadro 12. Compra de Mercadorias.....	33
Quadro 13. Devolução de Compras ao Fornecedor.....	34
Quadro 14. Venda de Mercadorias.....	34
Quadro 15. Devolução de Clientes.....	35
Quadro 16. Processamento de Salário de Pessoal.....	36
Quadro 17. Exemplo de Empresa com as Seguintes Transações.....	40
Quadro 18. Taxas de tributação autónoma a aplicar nos diferentes gastos	45
Quadro 19. Quadro com a Representação das Diferentes Entidades.....	51

Índice de Figuras

Figura 1. Normas Contabilísticas de Relato Financeiro	10
Figura 2. Síntese do Modelo 22	43

Capítulo I - Introdução

Na fase final do Mestrado em Contabilidade e Finanças, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, optei por realizar um estágio curricular na AEVC e conseqüentemente por elaborar um relatório de estágio onde abordarei a parte prática realizada no estágio e o contexto teórico. Este estágio irá permitir aprofundar de uma forma mais prática todos os conhecimentos que foram lecionados durante o curso.

O estágio curricular irá ter uma duração de 3 meses na área da contabilidade, onde irei realizar várias tarefas inerentes à profissão. Irá ser uma experiência muito enriquecedora, uma vez que a AEVC é uma instituição com muitos anos de existência.

Este trabalho tem como principal objetivo abordar o impacto do SNC, analisando as principais dificuldades que surgiram na aplicação deste novo sistema, bem como os benefícios que este trouxe para a AEVC.

Com o crescimento dos mercados financeiros e a internacionalização das empresas, as necessidades começaram a aumentar, existindo uma carência cada vez maior da harmonização contabilística. Esta é considerada fundamental para que as empresas consigam ter uma informação contabilística de qualidade, contribuindo para a obtenção de mais financiamento e a possibilidade de crescimento no mercado internacional (Amaral, 2001).

A propósito dos benefícios da harmonização contabilística podemos verificar a existência de vários estudos, estes abordam os impactos que as implementações das normas internacionais trouxeram para as empresas em vários países. Os resultados apresentados pelos estudos por vezes não são significativos, contudo existem algumas empresas e profissionais que têm dúvidas em relação à harmonização contabilística.

De acordo com Diaconu (2007), no contexto internacional verificou-se a aproximação dos normativos com a introdução das normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), que proporcionou aos países a adaptação das normas internacionais. Esta possibilitou que as necessidades específicas de cada

país fossem colmatadas, mas nunca deixando de parte as características culturais desse país.

Em relação a Portugal foi implementado a versão adaptada destas normas, surgindo então o SNC. O anterior sistema contabilístico designado por Plano Oficial de Contabilidade (POC), estava a ser implementado há vários anos, todavia, já não satisfazia as necessidades que eram apresentadas pelas empresas. O SNC foi uma mudança essencial para que as empresas pudessem acompanhar a contabilidade internacional, de modo a ter acesso a outros mercados e aumentar a sua competitividade.

Este relatório encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira parte do relatório é apresentado um breve enquadramento teórico do tema, seguidamente começo por contextualizar o processo de harmonização contabilística, mencionando as suas vantagens e desvantagens. Em seguida será abordada a evolução da normalização contabilística em Portugal, além disso, serão também apresentadas as alterações que ocorreram no sistema contabilístico nacional com a aplicação do SNC, mencionando as vantagens e desvantagens que este novo normativo trouxe para a contabilidade. Posteriormente será realizada uma análise de vários estudos empíricos que analisaram a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e *International Accounting Standards* (IAS), em Portugal e em outros países que passaram por esta implementação. Desta forma, serão apuradas as opiniões obtidas pelos autores em relação à harmonização das normas contabilísticas. Na parte prática do relatório (segunda parte), são apresentadas de uma forma sucinta, a história e a atividade da empresa onde foi realizado o estágio curricular. Seguidamente, serão apresentadas as tarefas que foram realizadas durante os três meses de estágio, relacionando com a parte teórica. Na parte final do relatório apresento as conclusões que foram retidas com o estudo realizado. Apresentação do guião de entrevista que foi utilizado para questionar a Contabilista Certificada (CC), de forma a perceber o impacto que a implementação do SNC trouxe para a AEVC. E por fim, as referências onde consta os autores que foram utilizados para a realização do relatório.

Capítulo II – Revisão de Literatura

Neste capítulo irei abordar a harmonização contabilística a nível global, em relação ao seu desenvolvimento e aos seus aspetos positivos e negativos. No contexto nacional irá ser apresentado a evolução contabilística desde a fase inicial do POC ao SNC, explicando de uma forma mais detalhada a constituição do SNC e o impacto que este sistema contabilístico teve para as empresas e para os profissionais. Na parte final deste capítulo irei realizar um estudo empírico onde abordarei os impactos das IFRS/IAS no contexto nacional e internacional.

2.1- Evolução da Harmonização Contabilística

O forte crescimento da globalização da informação, mercados financeiros, redes de transportes e o comércio a nível mundial provocaram um impacto nas empresas e em todo o meio envolvente. Este crescimento contribuiu para o desenvolvimento e investimento nos mercados internacionais, apesar das dificuldades relacionadas com os sistemas contabilísticos presentes nos diferentes países. Esta expansão do mercado originou novas necessidades, relacionadas com a compreensão, credibilidade e fiabilidade da informação financeira. Neste contexto, as novas necessidades apresentadas pelas empresas contribuíram para a convergência da contabilidade internacional. Desta forma, surgiu um crescimento no investimento internacional, proporcionando assim um aumento da capacidade financeira das empresas e aumento da liquidez dos mercados financeiros, isto considerando que as transações começaram a ser mais eficazes e em maior quantidade (Amaral, 2001).

Foi desta forma que surgiram as crescentes exigências por parte das empresas e de todos os outros interessados na harmonização contabilística, estes tiveram como principal objetivo de melhorar a qualidade da informação financeira e a aproximação dos sistemas contabilísticos dos vários países. Este processo de convergência teve impacto no trabalho de análise das empresas, redução dos custos e a transparência da informação financeira. Pode dizer-se, em relação às empresas multinacionais, que a comparação da informação financeira era fundamental para o seu desenvolvimento. Desta forma era essencial que a harmonização da contabilidade fosse cada vez mais real, para que todos os

interessados conseguissem interpretar a informação da mesma forma, obtendo melhores resultados através de decisões mais acertadas. (Legenzova, 2016).

2.1.1- Necessidade da Harmonização da Contabilidade

As normas contabilísticas eram distintas de país para país, o que fez com que as empresas que quisessem entrar num determinado mercado tinham de ter em atenção esse aspeto. Decerto que é fundamental para a tomada de decisão em relação aos mercados que provavelmente eram mais vantajosos para o desenvolvimento da organização. A dificuldade de compreensão da informação contabilística era considerada uma barreira de acesso a novos mercados, esta ocorre na análise do desempenho da empresa e na realização de comparações da informação financeira. Verificamos assim que as condições de crescimento neste sentido eram limitadas aos sistemas contabilísticos usados em cada país (Grizonic, 2008).

Segundo Amaral (2001), a disparidade de sistemas contabilísticos locais provocava o aumento dos custos, dificuldades para a atividade das empresas e investidores. Estes não conseguiam compreender a informação apresentada pelas empresas, havendo assim a necessidade de procurar alguém que pudesse transmitir a informação correta sobre uma determinada empresa. Esta barreira de compreensão dificultava a tomada de decisões, e as empresas eram as mais prejudicadas com esta situação, uma vez que os investidores teriam mais receio em investir em mercados onde a informação contabilística não era tão perceptível.

É fundamental que exista uma convergência da informação financeira, uma vez que a contabilidade tem de ser vista como uma linguagem universal e não local. A harmonização da contabilidade é relevante para as empresas que operam no mercado global e têm necessidades de comparar a informação para as suas tomadas de decisões (Grizonic, 2008).

A harmonização contabilística é influenciada pelas características de cada país, relativamente à sua cultura, nível de desenvolvimento contabilístico e desenvolvimento económico. Estes fatores vão influenciar o modo como a contabilidade é implementada e a dificuldade que existe em conseguir diminuir estas diferenças existentes entre os vários países (Lourenço & Branco, 2015).

É importante frisar que muitas instituições não ficaram indiferentes a esta situação, como empresas multinacionais, instituições financeiras, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Organização das Nações Unidas, União Europeia (UE), e o *International Accounting Standards Committee* (IASB) - neste momento designado por IASB (Amaral, 2001; Grizonic, 2008).

O IASB assumiu um papel fundamental na harmonização da contabilidade, devido à sua presença em vários países e ao desenvolvimento de normas contabilísticas. As IFRS tradicionalmente designadas por IAS foram criadas para ser utilizadas pelos vários países do mundo, permitindo assim a harmonização internacional das normas contabilísticas (Zaidi & Paz, 2015).

Segundo Pinheiro *et al.* (2013) e Guimarães, (2010), a harmonização contabilística internacional influenciada pelo modelo anglo-saxónico, tendo por base o sistema *Common law*, veio substituir alguns conceitos do sistema *Roman law*. O sistema *Common law* está presente na América, Canadá, Austrália etc. As fontes de financiamento das empresas são geralmente por parte de capitais, e os principais utilizadores da informação contabilística são os investidores. Neste sistema existe flexibilidade no normativo e transparência na informação para todos os intervenientes. Relativamente ao sistema *Roman law*, este está presente na Europa Ocidental, onde a informação financeira não tem grande valor. Existe um conjunto de regras que não pode ser alterado, e o principal interessado é o Estado. Os responsáveis da organização sabem qual é o estado real da empresa, desse modo não demonstram interesse que as Demonstrações Financeiras (DF) estejam elaboradas com o maior detalhe.

2.1.2- As Vantagens e Desvantagens da Harmonização Contabilística

O processo de harmonização da contabilidade internacional trouxe várias vantagens para todo o meio envolvente, como já referido. A informação contabilística ganhou outro nível de importância para a tomada de decisões por parte dos investidores, contribuindo para o crescimento da economia mundial. A proximidade contabilística fez com que as empresas aumentassem a sua capacidade de competitividade e a possibilidade de realizar comparações com empresas do mesmo sector. Para alguns países a adaptação à harmonização contabilística poderia ser mais demorada, porque estes apresentavam uma

diferença cultural muito acentuada. Nestas situações os países precisavam de tempo para poderem interiorizar uma nova cultura contabilística. A harmonização contabilística aproximou os países independentemente de terem contextos económicos diferentes. Estes desenvolveram as DF da mesma forma, o que permitiu a existência de interpretações semelhantes, assim houve a possibilidade de retirar maior partido da informação contabilística gerando uma economia mundial mais sustentável (PricewaterhouseCoopers (PWC), 2009).

Os países com menor desenvolvimento tiveram a possibilidade de adaptar as normas internacionais no seu sistema contabilístico, de forma a diminuir consideravelmente as lacunas e os custos relacionados com o seu desenvolvimento em cada país. As empresas beneficiaram desta convergência porque conseguiram alcançar mais investimento por parte de investidores estrangeiros, assim reforçando a economia desses países (Diaconu, 2007).

Não obstante as inúmeras vantagens na aplicação de um normativo semelhante, existem também obstáculos, um dos principais obstáculos foi a cultura de cada país e as culturas locais. A mentalidade de cada povo é uma barreira que estará sempre presente, independentemente do normativo que for implementado, interferindo de certa forma na sua aplicação. Alguns países viam a implementação de novos normativos na sua contabilidade como um ato de submissão aos países mais desenvolvidos, considerando que estes queriam implementar o seu conceito nos países com menos capacidades financeiras. Esta aplicação poderia eliminar algumas lacunas existentes no sistema contabilístico, mas as necessidades específicas de cada país poderiam não ser satisfeitas. Com esta diversificação de sistemas contabilísticos era fundamental a análise de todo o meio envolvente de cada local para verificar as necessidades contabilísticas (Diaconu, 2007). Em relação ao desenvolvimento de todo o processo de adaptação de novos sistemas contabilísticos, acresciam os custos relacionados com a formação dos contabilistas e alterações dos sistemas informáticos. Neste sentido, foi necessário um bom aconselhamento pelas entidades responsáveis pela contabilidade, para que as empresas e todo o meio envolvente se adaptassem às alterações. A formação e toda a atualização dos sistemas informáticos não podem ser considerados como um gasto, mas sim como um investimento futuro para um melhor desempenho da empresa (PWC, 2009).

2.3- Evolução da Normalização em Portugal

A primeira mudança na normalização contabilística, ocorreu em 1977 com a implementação do POC 77, através do Decreto-Lei (DL) 47/77 de 7 de fevereiro. Desta forma, nasceu a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), criada pela portaria 819/80 de 13 de outubro, esta estaria responsável pelo acompanhamento da normalização contabilística em Portugal.

Em 1986, com a entrada de Portugal na UE, o POC sofreu alterações para adaptar-se às exigências comunitárias que estão presentes na Quarta Diretiva n.º78/660/Comunidade Económica Europeia(CEE). Esta foi transposta para o normativo português através do DL n.º 410/89 de 21 de novembro, criando assim o POC/89, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1990. A Sétima Diretiva n.º83/349/CEE aborda as normas de consolidação de contas, sendo publicada no normativo português através do DL n.º238/91, de 21 de novembro. Ao longo do desenvolvimento do POC ocorreram várias atualizações, como a aplicação do DL n.º79/2003, de 23 de abril, esta estabelece a aplicação obrigatória da demonstração de resultados por funções e a demonstração de fluxos de caixa para as empresas que ultrapassem dois dos três limites definidos no n.º2 do artigo 262º do código das sociedades comerciais. A diretiva 2003/51/CEE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, aproxima a terminologia do POC à do IASB, com as alterações relativas às contas anuais e às contas consolidadas de alguns tipos de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros.

De acordo com Rodrigues (2010), a contabilidade em Portugal começou a sentir dificuldade em colmatar as exigências feitas pelas grandes empresas, estas tinham o objetivo de ampliar a sua esfera para o mercado internacional, sendo para isso necessário apresentar uma informação financeira semelhante e compreensível para a análise dos investidores estrangeiros.

Em 2005, foi aplicado o regulamento através do DL 35/2005, de 17 de fevereiro para que todas as empresas da UE cotadas tivessem obrigatoriamente de usar as IAS/IFRS na elaboração das DF's consolidadas. Com este regulamento as empresas cotadas tiveram de elaborar as suas contas através de dois sistemas, utilizando as IFRS para as contas consolidadas e o POC para as contas individuais,

isto para cumprir com as obrigações de tributação. Em relação às empresas não cotadas, nesta fase mantinham as normas nacionais.

Segundo Saraiva *et al.* (2015), existia uma insuficiência de informação por parte do POC, as empresas com maior dimensão não estavam satisfeitas com este sistema e precisavam de algo que lhes permitisse uma maior qualidade na sua informação financeira. O POC apresentava insuficiência de informação relativamente à sua estrutura concetual, que era quase inexistente.

Em 2009, foi publicado em Portugal o DL n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC e revogou o POC. A 01 de janeiro de 2010, deu-se a aplicação do novo sistema contabilístico, este com um modelo baseado nas normas do IASB adotadas pela UE.

Segundo Pires & Gomes (2011), o POC após vários anos de utilização e com várias atualizações no seu sistema contabilístico, ainda apresentava várias lacunas. Para além disso, as necessidades das empresas começaram a ser cada vez maiores e o POC não conseguiu acompanhar essa evolução, o que tornou a mudança para o novo sistema contabilístico um grande passo para o desenvolvimento contabilístico.

A implementação do SNC foi uma das grandes mudanças em Portugal, depois da aplicação do POC, garantindo a comparabilidade e o desenvolvimento das empresas portuguesas (Saraiva *et al.*, 2015).

Segundo Pinheiro *et al.* (2013), na primeira fase de aplicação do SNC foram publicados vários instrumentos de normalização. Primeiramente foi publicado o DL n.º158/2009, cuja aplicação deu início no dia 1 de janeiro de 2010. Portugal, neste momento, passava a usar normas internacionais adotadas pela UE. Para além deste DL, foram apresentados outros documentos importantes nesta aplicação, a portaria 986/2009 referentes às DF, portaria 1011/2009, apresentando o novo Código de Contas, Aviso 15652/2009 estrutura concetual do SNC, Aviso 15655/2009 referente às Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), Aviso 15654/2009 referente NCRF de pequenas empresas e o Aviso 15653/2009 referente às normas interpretativas.

2.4- Sistema de Normalização Contabilística

O POC não conseguiu satisfazer as necessidades que foram surgindo pelas grandes empresas portuguesas, que precisavam de apresentar informação financeira perceptível para outros mercados. Desta forma, a aplicação do SNC foi fundamental para um aumento da credibilidade e um possível desenvolvimento de novas parcerias fora de Portugal (PWC, 2009).

No DL n.º 158/2009 refere o seguinte:

“a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões, por forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as Diretivas e Regulamentos Contabilísticos da UE, sem ignorar, porém, as características e necessidades do tecido empresarial português”.

De acordo com Pires (2010), o SNC tem como base as IFRS, sendo o seu papel principal a apresentação de informação financeira de qualidade para que os investidores consigam tomar as melhores decisões.

Segundo Pinheiro et al. (2013), e Correia (2009), o SNC é baseado em princípios, de tal forma é fundamental que exista juízo de valor por parte dos profissionais. No POC não era possível fazê-lo, porque existiam regras que limitavam o trabalho dos profissionais. Desta forma, a contabilidade torna-se mais flexível, resultando em várias teorias relativamente à mesma matéria o que, por vezes, pode causar uma certa discordância. Com estas mudanças a informação financeira aumenta a sua relevância e o anexo adquire um papel essencial para os utilizadores das DF.

Segundo Farinha (2009), a aplicação do anexo permite compreender de uma forma mais simplificada algumas informações essenciais que estão presentes na DF. Desta forma, os interessados conseguem reter mais informação para a tomada de decisões, independentemente de terem formação na área financeira. A informação presente no anexo é simplificada para que todos consigam compreender.

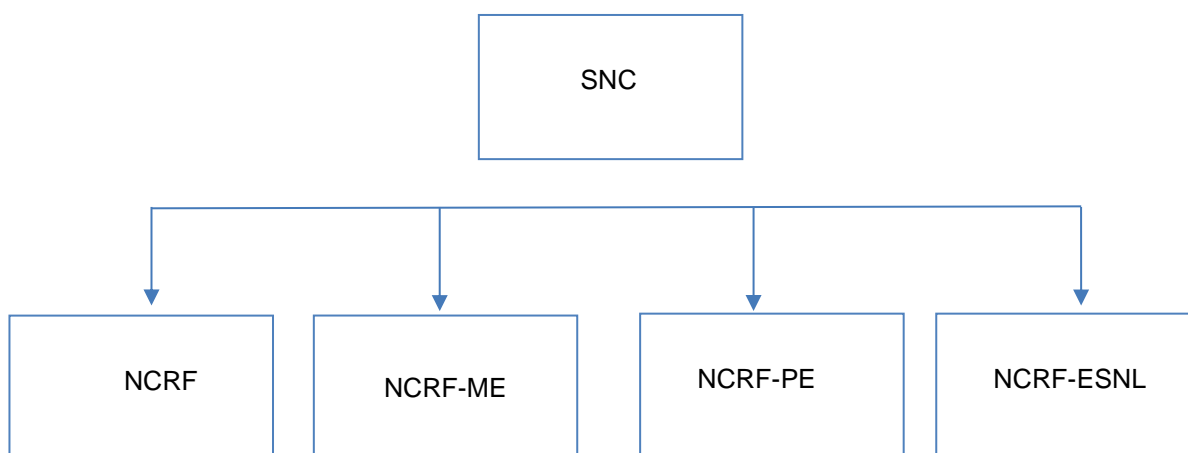
Segundo Pires & Gomes (2011), o SNC foi criticado por vários profissionais e entidades, pelo facto das empresas de pequena dimensão não estarem preparadas para as alterações que iam surgir. Considerava-se que o benefício que as empresas iam usufruir seria muito inferior aos custos que iam suportar. Na sequência desta situação, a 23 de agosto de 2010, os limites de enquadramento das

pequenas empresas foram aumentados. Esta medida não foi suficiente, pelo que surgiu a lei n.º 35/2010, de setembro, a qual criou a categoria de microentidades, e veio estabelecer um normativo mais simplificado para estas empresas.

Segundo Pires & Rodrigues (2012), a maior parte do tecido empresarial em Portugal é formado por pequenas e microentidades, dessa forma é essencial tratar as empresas de forma diferente.

De acordo com Couto & Monteiro (2013), numa fase inicial do SNC apenas existiam dois níveis de normalização contabilística, para as pequenas entidades e as entidades gerais. Neste momento a normalização contabilística é constituída por uma Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Microentidades (NCRF-ME)¹, Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)², adaptado das 28 NCRF. Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) e a NCRF que são as normas gerais.

Figura 1. Normas Contabilísticas de Relato Financeiro



Fonte: Elaboração Própria

¹ As microentidades podem optar pelas normas superiores, ou seja, as NCRF-PE ou as normas gerais. Assim as empresas podem decidir qual o sistema mais vantajoso de acordo com as suas necessidades.

² As pequenas entidades não necessitam obrigatoriamente de utilizar as NCRF-PE, estas podem optar pelo regime geral independentemente da sua dimensão, assim resolvendo as lacunas que possam surgir.

2.4.1- O SNC na Atividade dos Profissionais

Segundo Guimarães (2010), o SNC trouxe grandes alterações para os profissionais de contabilidade. Foi emitido um DL 310/2009, onde alterou a denominação de Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, para Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Posteriormente com a Lei nº139/2015 de 7 de setembro, altera a ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). O Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas passou a designar-se Código Deontológico dos Contabilistas Certificados. Os profissionais de contabilidade começaram a ser tratados por CC em vez de Técnico Oficial de Contas.

De acordo com Guimarães (2010), com a adoção do SNC os profissionais de contabilidade tiveram um papel importante em apoiar os empresários, uma vez que este normativo preconiza uma influência significativa dos profissionais, ao contrário do que acontecia no sistema continental-europeu.

O SNC não divulga qualquer responsabilidade por parte do CC no seu trabalho, considerando os donos das empresas os principais responsáveis pelas DF's. Muitos empresários não têm conhecimentos técnicos para tomar decisões, desta forma precisam sempre do apoio do CC para que possam tomar as melhores decisões para o desenvolvimento da empresa. Apesar do SNC não abordar este tema, o Estatuto e o Código Deontológico refere que é obrigatório os CC apoiarem os órgãos de gestão.

A mudança para o SNC trouxe uma alteração cultural com um normativo baseado no sistema anglo-saxónico, como já mencionado anteriormente. Podemos considerar esta mudança como um desafio para os profissionais, sendo que, a principal dificuldade apresentada foi a alteração cultural e não processual.

Segundo Farinha (2009), dado que o SNC é baseado em princípios e não em regras, os contabilistas tiveram de exercer julgamento profissional na aplicação dos critérios apresentados pelo normativo. No SNC não consta os movimentos das contas contabilísticas se estas são classificadas a crédito ou a débito, é referido apenas os princípios de cada conta e as regras de reconhecimento e de mensuração. Antes da aplicação do SNC foram realizadas várias formações para que os profissionais pudessem tirar as suas dúvidas, de modo a que estivessem

preparados para a mudança do sistema contabilístico. Em 2007, a OCC já realizava formações antevendo a reforma que se iria verificar. Esta e outras entidades formativas certificadas, em 2009, davam formação em todo o país, de modo a transmitir informação sobre as alterações que iam ser aplicadas através da utilização de casos práticos. Esta preparação foi essencial para preparar os contabilistas para possíveis dificuldades que iam surgir durante a sua atividade profissional.

De acordo com Rodrigues (2010), a mudança para este novo sistema contabilístico foi um desafio para os profissionais, exigindo grande trabalho de preparação. Os contabilistas tiveram de deixar de lado alguns conceitos que já vinham sendo aplicados há anos e adaptar-se às alterações práticas e culturais que foram aplicadas. A utilização do novo normativo contribuiu para aprofundar os conhecimentos dos profissionais de contabilidade e a possibilidade da internacionalização da profissão.

2.4.2- O SNC nas Empresas Portuguesas

A implementação do SNC provocou impacto nas empresas em Portugal, causando algumas dificuldades na adaptação ao novo normativo. As empresas beneficiaram com esta evolução na harmonização da contabilidade, dado que a informação financeira ficou mais transparente e compreensível. Além disso, também foi possível aumentar as formas de obtenção de crédito para os investimentos das empresas e a possibilidade de as empresas vincarem no mercado internacional (Bandeira, 2009).

Segundo PWC (2009), a aplicação das IFRS em Portugal pelas empresas cotadas resultou numa redução de 10% nos Capitais Próprios, resultante das alterações existentes nos ativos e passivos. Com base neste resultado e à semelhança existente entre as NCRF e IFRS, a PWC considerou que as empresas ao aplicarem o SNC podiam ter estas variações nos seus resultados. A NCRF 27 adota o justo valor que será aplicado nos instrumentos financeiros, podendo ter um impacto nas empresas que tenham investimentos em ações, obrigações e outros instrumentos. Assim sendo, os resultados destas empresas ficaram vulneráveis à volatilidade dos mercados financeiros.

De acordo com o estudo realizado por Ribeiro (2010), relativamente ao impacto do novo normativo nas empresas Portuguesas e a opinião dos profissionais de contabilidade, o autor concluiu que o impacto foi significativo, principalmente na qualidade das DF. Em relação à opinião dos profissionais de contabilidade, estes apoiaram esta alteração, porque com este normativo possibilitava o aumento da comparabilidade, compreensão e transparência da informação contabilística.

2.4.3 – Vantagens e Desvantagens do Sistema de Normalização Contabilística

A revogação do POC e a implementação do SNC trouxe várias alterações no sistema contabilístico, algumas delas já mencionadas anteriormente. Relativamente às DF's, estas sofreram modificações, incluindo a aplicação da Demonstração das Alterações de Capital Próprio. Realce-se a presença do anexo no SNC, este representa grande relevância para todos os interessados pela informação financeira, visto que consta informação detalhada sobre certos acontecimentos que ocorrem na empresa. No POC a informação transmitida pelo anexo não apresentava grande impacto nas decisões dos interessados (Correia, 2009).

Quadro 1. Representação das Alterações das DF

POC	SNC
Balanço	Balanço
Demonstração de Resultados por Natureza	Demonstração de Resultados por Natureza
Demonstração de Resultados	Demonstração de Resultados por Funções
Demonstração Fluxos de Caixa	Demonstração Fluxos de Caixa
	Demonstração das Alterações de Capital Próprio
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	Anexo

Fonte: Adaptado de Correia (2009).

Não foram apresentadas muitas alterações no Código de Contas do POC para o SNC, apenas em certas terminologias de forma a adaptar a linguagem internacional. Contudo, foi importante ter em atenção que o pensamento subjacente ao SNC é diferente ao que era utilizado no POC. Para os profissionais de contabilidade a semelhança com o anterior Código de Contas iria facilitar a sua familiarização, no entanto esta podia prejudicar a aplicação correta do SNC, uma vez que propiciava a mecanização do raciocínio contabilístico (Pires, 2009).

Segundo a PWC (2009), a aplicação do SNC na contabilidade nacional era fundamental para que as empresas pudessem continuar a evoluir no mercado global. Essa evolução aconteceria através dos investidores de outros países que poderiam investir nas empresas, dado que a informação seria semelhante e apresenta melhor qualidade face à que era transmitida anteriormente. Como já foi referido anteriormente, uma das vantagens do SNC é a existência de vários tipos de normas contabilísticas para empresas com dimensões diferentes, desta forma o normativo utilizado é adaptado em relação às necessidades específicas das empresas. Em relação às desvantagens do SNC, estas estão relacionadas com a formação, a comparação da informação contabilística de 2009 e 2010, custos relacionados com a formação e com as alterações informáticas que tiveram de ser implementadas. A mentalidade dos contabilistas e a forma que olham para a nova cultura implementada com o novo normativo, foram alguns dos problemas que o SNC podia trazer para a contabilidade em Portugal.

2.5- Análise de Estudos Empíricos

Foi emitido o DL n.º35/2005 de 17 de fevereiro, confirmando o Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, para a aplicação das normas internacionais nas empresas cotadas, como mencionado anteriormente. Esta aplicação trouxe dúvidas por parte dos interessados da informação contabilística em relação ao impacto que estas medidas podiam trazer para as empresas.

Com a adoção das IFRS, vários autores tiveram o interesse em avaliar o impacto desta transição, quer na comparabilidade da informação, quer nos resultados obtidos pelas empresas. Verificando-se assim se esta implementação foi vantajosa para o desenvolvimento das empresas cotadas.

Seguidamente serão analisados vários estudos que abordam esta situação no contexto internacional e nacional, de modo a conseguir avaliar as consequências desta implementação.

2.5.1- Adoção das IAS/IFRS em Portugal

Silva *et al.* (2008), analisaram o impacto das IFRS na informação financeira das empresas cotadas portuguesas desde o final de 2004 até ao fim de 2005. Os autores verificaram que todas as rubricas do balanço e da demonstração de resultados sofreram alterações significativas, houve um aumento do ativo, capital próprio, passivo e o resultado líquido (RL) em 1,5%, 3,2%, 3,4%, e 14,7%.

Costa (2008), realizou um estudo onde aborda o impacto da transição do normativo contabilístico nas empresas cotadas em Portugal. Foram analisadas as DF de forma a verificar as alterações que ocorreram com a aplicação do novo normativo. Os resultados obtidos pelo autor relativamente às diferenças entre o POC e IAS/IFRS foram em doze rubricas do balanço e duas rubricas na demonstração de resultados. Desta forma, houve uma variação positiva na propriedade de investimento, ativos por imposto diferido, disponibilidades, RL, interesses minoritários, financiamentos não correntes, passivos por impostos diferidos, total de passivos não correntes, financiamentos obtidos correntes, total dos passivos,

resultado operacional, resultado corrente e liquidez imediata. Segundo o autor, apenas houve duas rubricas onde ocorreu uma variação negativa de valores, provisões e dívidas a terceiros não correntes. Desta forma, o autor concluiu que a aplicação das IAS/IFRS contribuiu para uma melhoria dos resultados das empresas cotadas.

O estudo realizado por Martins (2011), teve o objetivo de analisar os impactos da implementação das IAS/IFRS nas empresas portuguesas cotadas. O autor concluiu que a divulgação da informação financeira por parte das empresas é transmitida de maneiras diferentes, o que torna complicado para os interessados reter a informação de uma forma clara. O autor analisou as variações ocorridas no balanço das empresas para verificar o impacto que as IAS/IFRS tiveram nas empresas cotadas, o autor verificou que os ativos fixos tangíveis tiveram uma redução do seu valor e os impostos diferidos um aumento. Quanto aos inventários, de um modo geral as variações não foram unânimes. Relativamente à rubrica de pensões, na maioria das empresas verificou-se uma redução do valor. Em relação ao total do ativo e capital próprio houve uma diminuição destes valores, enquanto que no passivo não existe uma evidência significativa de oscilações. No que diz respeito aos RL foi verificado um aumento.

Araújo (2010), realizou um estudo onde analisou o impacto da implementação das IFRS nas empresas cotadas em Portugal. Este estudo centrou-se na análise do impacto das IFRS no capital próprio e no RL. Os resultados do estudo indicam que em média o capital próprio teve uma alteração negativa de 12.26% e o RL apresentou uma alteração negativa não significativa de 0.01%. As rubricas que interferiram nos resultados apresentados anteriormente foram as pensões de reforma, benefícios para empregados, ativos fixos tangíveis e intangíveis.

O estudo realizado por Lopes & Viana (2008), tem o objetivo de analisar as empresas cotadas em Portugal, em relação ao cumprimento dos requisitos e recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, bem como se as informações transmitidas pelas empresas são relevantes e comparáveis. Os resultados obtidos pelos autores revelam que a maior parte das empresas não apresenta informação completa relativamente aos impactos da transição para as IFRS. Os autores não compreendem esta situação, afirmando que esta falta de informação poderá estar relacionada com a não preparação para o novo normativo,

ou pelo facto das empresas apresentarem receio em expor a informação aos mercados, por acharem que poderá prejudicar a empresa. Desta forma, os autores concluíram que os objetivos de comparabilidade, relevância e compreensão referidos pelo *Committee of European Securities Regulators* (CESR) não foram alcançados em Portugal. Em relação às rubricas que tiveram maior impacto nas DF, os autores consideraram o reconhecimento de intangíveis, *goodwill* e instrumentos financeiros.

2.5.2- Adoção das IAS/IFRS a Nível Internacional

Foram analisados vários estudos sobre adoção das IAS/IFRS a nível internacional, de modo a entender as similaridades contabilísticas existentes.

Ali *et al.* (2015), realizaram um estudo sobre a análise da transição das normas do Reino Unido para as IFRS. A amostra é constituída por empresas cotadas na *Alternative Investment Market* (AIM) do Reino Unido. Este estudo teve como objetivo efetuar a comparação entre adotantes voluntários e não voluntários, compreendendo o porquê da adoção voluntária, bem como as implicações da adoção obrigatória. Segundo os autores, existem vários fatores que podiam interferir na interpretação da contabilidade, como a educação, situação governamental e cultural. Relativamente às diferenças culturais entre os países, estas provocam uma interpretação diferente da informação financeira, o que podia resultar numa aplicação distinta das IFRS. Os resultados obtidos pelos autores em relação ao impacto das IFRS sobre o lucro das empresas cotadas no AIM são positivos. Este não foi tão acentuado comparativamente a estudos já realizados às grandes empresas cotadas. Os autores referem que a adoção das IFRS contribuiu no crescimento do mercado de ações em Inglaterra, atraindo investidores nacionais e estrangeiros. No final de 2014, mais de 3500 empresas conseguiram financiar-se no mercado, angariando cerca de 90 biliões de libras. Estudos anteriores mostram que os resultados da transição para as IFRS pelas empresas AIM não são tão relevantes comparativamente às empresas cotadas nos principais mercados de ações. Ainda assim, as empresas que adotaram voluntariamente tiveram resultados mais positivos do que as empresas que foram obrigadas a implementar as IFRS.

Com a aplicação das IFRS surgiram dúvidas relativamente à reação do mercado. O estudo realizado por Armstrong *et al.* (2010), aborda estas questões

relacionadas com o mercado de ações na Europa, as reações dos investidores e também os eventos que foram criados para a aplicação das IFRS. As reações dos investidores face estas mudanças poderiam ser positivas, se achassem que a aplicação das IFRS trouxesse informação financeira com qualidade, de forma a reduzir o risco dos investidores e o custos da análise da informação. Por outro lado, os investidores poderiam reagir de forma negativa, acreditando que a informação apresentada seria de menor qualidade. De acordo com o estudo realizado pelos autores, houve um aumento da qualidade e assimetria da informação financeira nas empresas da Europa na pré-adoção das IFRS. Este resultado do estudo vai ao encontro da opinião inicial dos investidores, que a qualidade da informação financeira iria ganhar uma maior relevância. Contudo, houve países onde a aplicação das normas pode não ter sido aplicada da melhor forma, mesmo assim apresentaram um resultado positivo, mas não tão elevado.

Hung & Subramanyam (2004), analisaram os efeitos das DF após a adoção das IAS/IFRS na Alemanha, no período de 1998 a 2002. A amostra foi constituída por 80 empresas industriais alemãs, verificando-se todas as alterações nas DF. Segundo este estudo, no período em análise, verificou-se um crescimento do ativo e do capital próprio, este resultou da aplicação do justo valor.

De acordo com Sucher & Jindrichovska (2004), com a adesão dos países à UE, houve uma alteração na contabilidade com a implementação das IFRS nas empresas cotadas. O estudo realizado pelos autores teve como base a análise das opiniões das empresas e auditores, em relação à preparação da República Checa na adesão da UE e a implementação das IFRS. Os resultados do estudo revelaram que as empresas com participações estrangeiras estavam mais preparadas para as alterações contabilísticas. Em relação às outras empresas que nunca tiveram contacto com estas normas contabilísticas, ainda não estavam preparadas para esta alteração contabilística.

O estudo de Tsalavoutas (2007), teve o objectivo de analisar a materialidade do impacto da adoção das IFRS nas empresas gregas. Os autores concluíram que a implementação das IFRS contribuiu com resultados positivos para as empresas cotadas. Relativamente ao impacto das normas contabilísticas no RL, os autores não chegaram a nenhuma conclusão concreta, visto que houve pouca qualidade na divulgação financeira. Além disso, foram identificadas seis normas contabilísticas que tiveram um impacto negativo nos ativos líquidos das empresas.

Jermakowicz (2004), analisou a aplicação das IAS/IFRS na Bélgica através da utilização de questionários, entrevistas pessoais e por telefone com várias pessoas e entidades que estavam diretamente relacionadas com esta alteração contabilística. A análise centrou-se nos dados de empresas listadas na Bélgica apresentadas em 2003, sendo que a alteração para as IFRS deu-se no início de 2002. O autor refere os desafios desta aplicação e verifica algumas alterações que ocorreram em algumas empresas belgas. As empresas cotadas estavam a implementar o novo normativo, contudo a nova cultura ainda não estava consolidada nas empresas. Nesta fase existiam vários desafios na implementação do novo normativo, como a aplicação do justo valor que poderia ter impacto nos ativos, a falta de orientação nas empresas e dos funcionários poderia criar interpretações diferentes das IFRS e colocar em causa a comparabilidade da informação financeira. O autor ainda analisou três empresas que em 2001 já aplicavam as IFRS, os resultados apresentados por estas, foi o aumento do capital e do RL. O autor considera que a mudança de normativo terá um impacto positivo no crescimento das empresas e no mercado internacional, visto que a informação financeira semelhante irá apoiar os investidores a tomarem melhores decisões.

Perramon & Amat (2006), efetuaram uma análise aos primeiros resultados obtidos pelas empresas cotadas não financeiras espanholas após a aplicação das IFRS. Os autores concluíram que a aplicação do justo valor e as novas formas de contabilização do *goodwill* poderia alterar os resultados das empresas. Os testes empíricos apresentados no estudo mostraram uma grande variedade no RL, o que dificultou na obtenção de uma conclusão final.

Através da revisão de estudos empíricos foi possível verificar que em Portugal a maior parte dos autores considerou que houve variações significativas nas DF. Em relação à qualidade da informação financeira esta não é evidente, uma vez que as empresas apresentavam a informação de maneiras diferentes. A nível internacional foi possível analisar estudos de vários países, onde de forma geral verificou-se um crescimento acentuado no investimento nas empresas, isto porque os investidores consideraram que a informação financeira com as IFRS tinha mais qualidade. Alguns autores consideraram que alguns aspetos culturais foram relevantes na forma como foram apresentadas as informações financeiras, colocando em causa a harmonização e a interpretação dos interessados.

Capítulo III- Estágio Curricular

Neste capítulo vou abordar a parte prática do relatório de estágio, fazendo ligação com a parte teórica que foi analisada no capítulo anterior. A empresa onde realizei o estágio curricular é a *Instream*, que está interligada à AEVC, ou seja, a *Instream* é uma empresa de contabilidade que presta serviços contabilísticos à associação e também a outras empresas que estão ligadas à *Instream*.

Relativamente à AEVC esta tem o objetivo de apoiar as empresas de Viana do Castelo, de forma a contribuir para o desenvolvimento do comércio da região. A associação é constituída por um colaborador que está na receção, que dá informação aos clientes e encaminha para outros profissionais caso seja necessário. O departamento de apoio jurídico onde os associados podem obter informação junto do advogado, sobre dúvidas que tenham em relação à sua empresa. Secção de comunicação onde são organizados eventos, gestão do jornal da associação e apoio às empresas no desenvolvimento no meio digital. A associação também tem um colaborador que faz parte da promoção dos serviços que são prestados pela associação, criando uma relação de proximidade com os clientes. A secção da contabilidade é constituída por três pessoas, cada profissional tem a sua carteira clientes para realizar o trabalho contabilístico. Por último a AEVC tem um colaborador responsável pela legislação e o acompanhamento de clientes que querem abrir os seus negócios.

O estágio foi uma mais-valia para adquirir experiência prática na área da contabilidade, aplicando o conhecimento adquirido no Mestrado de Contabilidade e Finanças. Além disso também possibilitou uma melhor preparação para o mercado de trabalho, que tem apresentado cada vez mais exigência.

Primeiramente neste capítulo vou abordar a história da AEVC os seus marcos históricos, a missão, valores e visão. Seguidamente, irei mencionar as tarefas realizadas durante o estágio curricular no departamento de contabilidade. Para fazer uma junção do tema teórico com o prático, foi realizado uma entrevista com CC da associação com o objetivo de perceber o impacto da adoção do SNC na AEVC e nos profissionais.

3.1- História da Empresa

Em 1852 foi fundada a AEVC com o intuito de contribuir para a satisfação das necessidades comerciais da localidade e apoiar os associados nos seus interesses, possibilitando o desenvolvimento da região. Nos seus primeiros passos, a AEVC pretendia utilizar o porto de Viana do Castelo para expandir as exportações dos produtos da região para os vários países europeus. Nessa altura o porto de Matosinhos não tinha tanta importância como tem hoje. O espírito de empreendedorismo também impulsionou a criação da linha férrea do Porto para Viana do Castelo, daí ter-se criado a ponte Eiffel, proporcionando uma mais-valia para os comerciantes.

Atualmente existe uma ligação muito forte com as zonas industriais e outras áreas do contexto comercial da localidade. O desenvolvimento de vários postos de atendimento em toda a região, possibilitou a proximidade entre a associação e os seus associados. Em relação ao número de associados, neste momento está a rondar os 25% do total de empresas do distrito, verificando-se um constante aumento. Ainda assim, atualmente existem muitas empresas que não são filiadas a qualquer associação.

A associação compromete-se igualmente na internacionalização das empresas através dos seus contactos com o exterior, acompanhamento da política pública, transmissão dos dados sobre a região, apoio na orientação de financiamento das empresas e a criação de sinergias através da relação existente com vários empresários.

3.1.1 – Marcos Históricos

Seguidamente é apresentado alguns marcos históricos que fizeram parte desta associação e que contribuiu para o crescimento da economia na região.

- 1852: Fundação da associação comercial de Viana do Castelo³;
- 1874: Uma representação da associação pede a sua Majestade a construção da linha férrea e a conclusão da estrada Viana-Ponte de Lima;
- 1874: Inauguração das obras do caminho-de-ferro pelo ministro das obras públicas, comércio e indústria;
- 1877: Uma representação da associação vai de novo apelar a sua Majestade, desta vez requerendo um regimento de infantaria para a cidade;
- 1887: A associação pede ao Rei melhorias na barra e no porto de Viana;
- 1932: A Associação decide ajudar na construção da Praça de Touros da cidade;
- 1932: A Câmara Municipal pede ajuda à associação para a realização das Festas de Nossa Senhora da Agonia;
- 1932: A associação propõe criação de uma Comissão Organizativa das Festas da Agonia com imposto sobre as carnes como meio de financiamento;
- 1939: Transformação da associação comercial em Grémio do comércio;
- 1945: O Grémio é encarregue de distribuir contingentes à população, devido à II Guerra Mundial;
- 1945: É extinta a Comissão Reguladora do Comércio Local, substituída pela Delegação Concelhia da Intendência Geral dos Abastecimentos;
- 1975: Regresso à denominação AEVC;
- 1975: Atribuição à associação da medalha de ouro da cidade;
- 1993: Transformação da associação comercial em AEVC;
- 1995: AEVC integra o Conselho de Fundadores da Fundação Gil Eannes;
- 1998: Aprovação e início do Projeto Urbanismo Comercial de Viana do Castelo;

³ As figuras principais ligadas à AEVC: Rainha D. Maria II, Fontes Pereira de Melo e Matheus dos Santos Barbosa.

- 1999: Parceria entre a associação e a câmara viabiliza ação de um programa que beneficia mais de 150 empresários;
- 2000: Constituição da escritura pública GESTINVIANA – Parque Empresarial de Viana do Castelo SA, com a Câmara Municipal e a Associação Empresarial de Portugal (AEP);
- 2001: Criação do parque empresarial de Lanheses – Gestinviana;
- 2002: Associação passa a integrar Comité Executivo do Eures; apoio logístico e financeiro às festas d'Agonia;
- 2005: Membro do Conselho Superior Associativo da AEP – Vice-presidente suplente;
- 2009: Arranca o plano de recuperação do património histórico e começam as obras de recuperação da sede;
- 2009: Começam a solidificar-se os laços de cooperação transfronteiriça com as principais instituições empresariais da Galiza;
- 2009: São aprovados vários projetos relacionados com a revitalização do tecido empresarial;
- 2010: Duplicação da participação acionista na Gestinviana – parque empresarial de Lanheses;
- 2010: Abertura dos polos de V.N de Cerveira, Barroselas, Caminha e Vila Praia de Âncora;
- 2011: Abertura do pólo de Paredes de Coura;
- 2011: AEVC é eleita para a primeira direção da Confederação Empresarial de Portugal;
- 2011: Conselho de administração da Fundação Eduardo Freitas;
- 2011: Direção da comunidade portuária de Viana do Castelo.

3.2- Missão e Visão da Empresa

A AEVC tem como missão apoiar as empresas associadas no seu crescimento através da criação de uma ligação entre o tecido empresarial local e internacional. Formação constante aos profissionais das empresas, com o objetivo de desenvolver novas capacidades e aumentar o desempenho das empresas. Com o mercado cada vez mais global é necessário pensar numa forma mais abrangente. A AEVC tem vários contactos externos e métodos que possibilitam o crescimento da empresa no mercado internacional.

A AEVC quer ser uma associação de referência no panorama nacional. Contribuir para os interesses económicos da região, desenvolvendo uma economia mais sustentável.

3.3- Trabalho Desempenhado

O estágio realizado teve uma duração de três meses, com início a 5 de dezembro e término a 10 de março. O estágio foi uma forma de aplicar os conceitos que foram lecionados durante o mestrado, enriquecendo assim o conhecimento contabilístico.

Numa fase inicial do estágio curricular realizei a organização de documentos nas capas dos clientes. Foi necessário compreender os documentos de forma a poder organizar a respetiva documentação de acordo com os diários. Inicialmente tinha algumas dúvidas em relação ao tipo de documento e o diário que deveria arquivar. Posteriormente ao arquivo, comecei a realizar registos contabilísticos de compras, movimentos do caixa e de bancos. O apoio constante da CC foi essencial para tirar as dúvidas que iam surgindo.

3.3.1- Organização dos Documentos Contabilísticos e Fiscais

Na primeira fase da contabilidade é realizado a organização dos documentos entregues pelos clientes ou um funcionário desloca-se à empresa do cliente para receber a documentação. Estes documentos são recebidos mensalmente para a apresentação da declaração periódica do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Na receção destes é necessário dividir a documentação contabilística, fiscal e pessoal. A informação pessoal fica na parte superior da capa para posteriormente realizar a entrega da declaração anual Modelo 3.

3.3.2- Arquivo dos Documentos

Após a receção dos documentos é necessário realizar a sua separação para cada um dos diários: compras, bancos, vendas, caixa e diversos. O diário de compras é composto pelas faturas e notas de crédito emitidas pelos fornecedores, mesmo que ainda não estejam pagas. O diário de bancos é organizado de acordo com as operações realizadas através das contas bancárias da empresa. O diário de vendas está estruturado com todas as faturas, faturas simplificadas, notas de crédito e notas de débito emitidas aos clientes. No diário de caixa constam todas as operações realizadas através de dinheiro em caixa da empresa. Por fim, o diário de diversos apresenta toda a documentação que não se enquadra nos outros diários.

Seguidamente à separação da documentação por diários é necessário organizar os documentos por mês e data. Os documentos são colocados na capa do cliente de forma inversa, isto é, na parte inferior da capa os documentos mais antigos e a parte superior os documentos mais recentes. Este método de organização também se aplica com os dias e a ordem da documentação.

No caso do diário de compras quando existem várias faturas do mesmo fornecedor, podemos ordenar nesse mesmo local todas as faturas, de forma a facilitar posteriormente nos registos contabilísticos. Relativamente ao apuramento do IVA e os resumos dos registos, estes são colocados na parte superior de cada mês.

É necessário existir uma boa organização da informação contabilística para facilitar a consulta, uma vez que, se for necessário verificar algum documento ou realizar alguma alteração nos registos contabilísticos, torna-se mais simples encontrar o documento em questão. Além disso poderá ocorrer fiscalização por parte da Autoridade Tributária (AT) e a contabilidade tem de estar devidamente organizada, tal como estabelecido no nº1 do artigo 52º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) que refere o seguinte:

“Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar e conservar em boa ordem durante os 10 anos civis subsequentes todos os livros, registos e respetivos documentos de suporte, incluindo, quando a contabilidade é estabelecida por meios informáticos, os relativos à análise, programação e execução dos tratamentos.”

3.3.3- Registo dos Documentos no Programa Informático

Nesta fase, os documentos são registados no programa informático Sage, utilizando a ordem referida anteriormente. Para realizar o lançamento contabilístico primeiro colocamos o número que está associado a cada diário, seguidamente preenchemos a data do documento, o tipo de operação e o número do documento. A vantagem de colocar em cada operação a data de cada documento faz com que posteriormente seja mais simples encontrar o registo contabilístico para fazer alterações ou conferir o mesmo.

No que diz respeito aos lançamentos contabilísticos o sistema informático já tem algumas contas do SNC já predefinidas consoante a operação que estamos a realizar, por vezes é necessário alterar as contas de acordo com as características da operação. No caso de uma compra é necessário colocar o fornecedor da respetiva compra. Nesta situação o Sage já apresenta vários fornecedores criados e é selecionado o fornecedor que foi utilizado nessa operação. Por vezes é necessário criar a conta do fornecedor, quando este não consta no sistema informático.

À medida que é realizado os registos contabilísticos é colocado um número manualmente no documento e informaticamente a identificar esse registo. No caso de ser o mês de dezembro a primeira operação é colocada a seguinte referência: 12001 ou seja, a primeira operação do mês de dezembro do respetivo diário. Assim, quando for necessário procurar no programa informático o registo contabilístico é verificado a numeração do documento que corresponde à numeração criada no Sage.

Nos próximos pontos serão representados com maior detalhe os registos contabilísticos que foram realizados durante o estágio curricular na AEVC, referente a cada diário.

3.3.3.1- Lançamentos Contabilísticos do Diário de Caixa

Seguidamente serão apresentados alguns registos contabilísticos presentes no diário de caixa.

Quadro 2. Recebimento de Clientes

Conta	Descrição	Débito	Crédito
111	Caixa	X	
2111	Clientes C/C		X

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 3. Compra de Mercadorias

Conta	Descrição	Débito	Crédito
311	Compra de Mercadorias (CM)	X	
2432113 ⁴	IVA Dedutível, CM, Mercado Nacional, Taxa 23%	X	
111	Caixa		X

Fonte: Elaboração Própria

O exemplo anterior apresenta uma compra a fornecedores através do dinheiro de caixa. A conta do IVA terá de estar descrita se a compra é de mercadorias ou matérias-primas, se esta foi realizada no mercado nacional ou internacional e a taxa aplicada neste produto.

Neste tipo de compra, através do caixa, é necessário ter em atenção o limite existente que as empresas não podem ultrapassar os 1000€. Esta medida foi aplicada recentemente com a introdução da Lei nº91/2017 no que se refere a pagamento de faturas por sujeitos passivos de Imposto Sobre o Rendimento das pessoas Coletivas (IRC), com contabilidade organizada. Esta Lei tem o objetivo de combater a evasão fiscal, fraudes e a transparência nas transações que são realizadas pelas empresas. Também existe a proibição de pagamentos em numerário nos pagamentos de qualquer natureza onde os montantes são iguais ou superiores a 3000€. Em caso de não cumprimento deste limite poderão ser aplicadas sanções. Alguns países como a Espanha, França e Itália já estão a implementar medidas para reduzir este tipo de transações, promovendo o pagamento por transferência bancária.

⁴ A conta do IVA é apresentada da seguinte forma: 1- CM, 1- Mercado Nacional, 3- Taxa de 23%.

Quadro 4. Compra de Gasóleo

Conta	Descrição	Débito	Crédito
624221 ⁵	Despesa em Gasóleo, IVA Dedutível 50%	X	
2432	IVA Dedutível, Mercado Nacional, Gasóleo	X	
111	Caixa		X

Fonte: Elaboração Própria

Outro tipo de movimento que pode ocorrer neste diário é quando a empresa abastece as suas viaturas e faz o pagamento por caixa. Nesta situação temos de ter em atenção a alínea b), nº1 do artigo 21º do CIVA, despesas com gasolina não são dedutíveis, enquanto que as despesas com gasóleo, de gás de petróleo liquefeitos, gás natural e biocombustíveis a dedução é de 50%. No entanto, é aplicado uma dedução total quando se trata de veículos e equipamentos apresentados na alínea l) à v).

Em caso de dúvidas relativamente ao tipo de veículos detidos pela empresa, é possível através do portal das finanças consultar o património da empresa confirmando assim os veículos pertencentes à entidade.

3.3.3.2- Lançamentos Contabilísticos no Diário de Bancos

O diário de bancos é constituído por todas as operações que interferem nas contas bancárias da empresa. Algumas das situações que podemos englobar neste diário são os depósitos bancários, pagamentos a fornecedores, pagamento ao estado, pagamento de despesas e pagamentos relacionadas com comissões e juros. Seguidamente irei apresentar os lançamentos contabilísticos que foram realizados neste diário.

⁵ A conta de combustíveis é representada da seguinte forma: 2- representa a despesa em gasóleo, 1- Iva dedutível de 50%.

Quadro 5. Depósitos Bancários

Conta	Descrição	Débito	Crédito
12	Bancos	X	
11	Caixa		X

Fonte: Elaboração Própria

As empresas durante a sua atividade diária ao receberem os pagamentos dos clientes, através de dinheiro, optam por colocar alguns destes valores no banco, desta forma é possível ter uma melhor gestão do dinheiro em caixa.

Durante a realização do estágio a organização dos talões de depósito nos diários era realizada de maneiras diferentes por cada profissional, colocando esta documentação no diário de caixa e não no diário de bancos. Esta forma de organização irá depender de cada profissional, não incorrendo de implicações contabilísticas.

Quadro 6. Pagamento aos Fornecedores

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2211	Fornecedores C/C	X	
12	Banco		X

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 7. Pagamentos ao Estado

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2436	Pagamento do IVA	X	
245	Contribuição Segurança Social	X	
242	Retenção de Imposto sobre Rendimento	X	
12	Banco		X

Fonte: Elaboração Própria

A maior parte dos pagamentos realizados pelas empresas ao estado, relativamente a IVA, contribuições para a segurança social, retenções na fonte de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), são realizados através de multibanco.

Quadro 8. Pagamento de Despesas

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6241	Eletricidade	X	
6813	Taxas	X	
2432	IVA Dedutível	X	
6243	Água	X	
2432	Iva Dedutível	X	
62622	Comunicação	X	
2432	IVA Dedutível	X	
12	Bancos		X

Fonte: Elaboração Própria

Outros movimentos que ocorrem no diário de bancos são os pagamentos das despesas da eletricidade, água e telecomunicações através do multibanco. Esta forma de pagamento possibilita uma simplificação do pagamento das despesas inerentes à empresa.

Quadro 9. Pagamento de Comissões Bancárias

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6268	Outros serviços	X	
2432	IVA Dedutível	X	
12	Bancos		X

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 10. Pagamento de Prestação de Empréstimo

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2511	Empréstimos Obtidos	X	
2432	IVA Dedutível	X	
6911	Juros de Financiamentos Obtidos	X	
12	Bancos		X

Fonte: Elaboração Própria

A utilização das contas bancárias e os financiamentos obtidos pelas empresas têm custos associados a este tipo de serviços, relacionados com a gestão das contas bancárias e o financiamento.

Quadro 11. Pagamento de Salários

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2311	Remunerações a pagar, órgãos sociais	X	
2312	Remunerações a pagar, pessoal	X	
12	Banco		X

Fonte: Elaboração Própria

Durante o estágio curricular tive a possibilidade de realizar o registo de pagamentos de salários ao pessoal e aos órgãos sociais. Estes eram todos realizados por transferência bancária.

3.3.3.3- Lançamentos Contabilísticos no Diário de Compras

O diário de compras é onde consta toda a informação relacionada com as compras realizadas de matérias-primas ou mercadorias. Na sequência do processo da compra poderá ocorrer devoluções do produto por este estar estragado ou por outro motivo. Nesta situação o fornecedor emite uma nota de crédito que é arquivada na parte superior do diário de compras para facilitar a consulta, caso seja necessária. Se porventura o pagamento de uma compra seja realizado no momento do recebimento da mercadoria, no registo contabilístico é acrescentada a conta de caixa ou bancos, conforme o método de pagamento utilizado.

Quadro 12. Compra de Mercadorias

Conta	Descrição	Débito	Crédito
311	CM	X	
2432113 ⁶	IVA Dedutível, CM, Mercado Nacional, Taxa 23%	X	
22111 ⁷	Fornecedores, Forn.Gerais, Mercado Nacional		X

Fonte: Elaboração Própria

⁶ A conta de IVA é representada da seguinte forma: 1- CM, 1-Mercado Nacional, 3- Taxa de 23%.

⁷ Na conta de fornecedores o 1- corresponde ao Mercado Nacional.

Quadro 13. Devolução de Compras ao Fornecedor

Conta	Descrição	Débito	Crédito
22111	Fornecedores, Fornecedores Gerais, Mercado Nacional	X	
31713 ⁸	Devolução de compras, Mercado Nacional, Taxa 23%		X
243413	IVA Regularizações, Mercado Nacional, Taxa 23%		X

Fonte: Elaboração Própria

3.3.3.4- Lançamentos Contabilísticos no Diário de Vendas

Este diário é composto pelas vendas que foram realizadas pela empresa. É estruturado por faturas e notas de crédito emitidas pela empresa aos clientes, organizadas por ordem numérica. Nos seguintes quadros estão apresentados os registos contabilísticos de uma venda e uma devolução a clientes. Nestes exemplos vou considerar a utilização do sistema de inventário periódico.

Quadro 14. Venda de Mercadorias

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2111	Clientes Gerais	X	
2433113 ⁹	IVA Liquidado, Existências, Mercado Nacional, Taxa 23%		X
711	Venda de mercadorias		X

Fonte: Elaboração Própria

⁸ A conta de devolução o 1- representa Mercado Nacional, 3- é a taxa de 23%.

⁹ A conta do IVA o 1- representa a venda de existências, 1- Mercado Nacional, 3- é a taxa de 23%.

No caso do exemplo anterior se considerarmos uma prestação de serviços ao registar esta operação realizávamos a alteração na conta 71 e a 2433. A conta 72 (prestação de serviços) substitui a conta 71 e o IVA seria de prestação de serviços e não de existências.

Nas empresas onde têm vários clientes como o caso dos supermercados, estes emitem muitas faturas simplificadas. O registo contabilístico das vendas não é realizado da mesma forma, uma vez que existem vários clientes. Assim sendo a conta de clientes é substituída pela conta de caixa.

Quadro 15. Devolução de Clientes

Conta	Descrição	Débito	Crédito
717	Devolução de vendas	X	
2434113	IVA Regularizações, Existências, Mercado Nacional, Taxa 23%	X	
211	Clientes gerais		X

Fonte: Elaboração Própria

3.3.3.5- Lançamentos Contabilísticos no Diário de Diversos

Neste diário como já foi referido consta toda a documentação que não se enquadra nos restantes diários. Podemos verificar várias faturas de água, luz e outras despesas que ainda não foram liquidadas.

O processamento de salário enquadra-se neste diário de diversos. Durante o estágio curricular não desenvolvi tarefas no que diz respeito ao processo do cálculo dos salários. Contudo efetuei os registos contabilísticos relacionados com o processamento de salários. Para efetuar o processamento de salários é importante estar sempre atualizado no que diz respeito à legislação, que está em constante alteração e à situação profissional e pessoal do trabalhador. Esta situação abrange o estado civil, número de dependentes, faltas, tempo de férias e subsídio de alimentação. Toda esta informação é transmitida pelas entidades através de um

mapa onde consta a informação necessária para fazer o processamento dos salários.

Seguidamente será apresentado um registo contabilístico de processamento de salários. A contribuição à segurança social, corresponde ao valor a entregar ao Estado, que é de 23.75% pago pela empresa, e 11% pago pelo trabalhador, ou seja, um total de 34.75% do salário bruto. Neste exemplo considero que o colaborador não é casado, não tem dependentes e o seu salário é de 600€. Desta forma não existe nenhum pagamento a efetuar relativamente ao IRS porque a remuneração mensal é inferior a 632€ e também tendo em consideração à sua situação familiar.

Quadro 16. Processamento de Salário de Pessoal

Conta	Descrição	Débito	Crédito
632	Remuneração do Pessoal	600€	
635	Encargos sobre remuneração	142.50€ (600*23.75%)	
245	Contribuições para a Segurança Social		208.50€ (600*23.75%+600*11%)
2312	Remuneração a Pagar ao Pessoal		534 (600-600*11%)

Fonte: Elaboração Própria

3.3.4- Práticas de Controlo Interno

A definição de controlo interno foi atribuída pela *American Institute of Certified Public Accounts* (AIPCA), em 1972, considerou o controlo interno como um controlo administrativo. O *Committee of Sponsoring Organizations* (COSO) refere que o controlo interno possibilita o atingimento dos objetivos propostos pelas empresas. A definição de controlo interno foi sofrendo alterações ao longo do tempo, relacionadas com evolução da economia, opiniões dos autores que estudam esta temática e também com o surgimento de várias crises económicas. Nas situações de crise o controlo interno da empresa é mais rígido, uma vez que a preocupação dos órgãos de gestão relativamente a erros e falhas aumentam consideravelmente (Carvalho & Martins, 2015).

De acordo com a directriz de revisão/auditoria 410, o controlo interno está dividido em cinco componentes: ambiente de controlo, avaliação do risco, procedimentos de controlo, informação e comunicação e monitorização. A gestão de uma empresa aplica processos de controlo interno que tem o objetivo de melhorar a qualidade da empresa, de modo, a eliminar os erros e as possíveis fraudes que possam estar presentes na organização.

Segundo Oliveira & Linhares (2007), para obtermos uma boa gestão empresarial é necessário que exista um bom controlo interno na empresa. Desta forma, os gestores conseguem melhorar os resultados da empresa criando assim valor para os acionistas.

Existem várias práticas de controlo interno utilizadas pelas empresas para que a empresa atinja os objetivos pretendidos. Um método de controlo interno que podemos considerar é a verificação do IVA. Este é feito através da análise dos valores das contas do IVA dedutível, liquidado e regularizações. Se estes valores correspondem à base tributável das contas de compras, investimentos, gastos, rendimentos e se utilizam as respectivas taxas. Através desta prática de controlo é possível verificar se os registos contabilísticos estão corretos.

Durante o estágio curricular realizei a reconciliação bancária nas empresas com contabilidade organizada. Inicialmente é verificado os registos que foram lançados a nível contabilístico no programa Sage e seguidamente são comparados com os movimentos bancários. Desta forma, era verificado se o que constava na

contabilidade era o que estava presente nos extratos bancários. Nas situações que era verificado a inexistência de movimentos na contabilidade, estes teriam de ser lançados e posteriormente solicitar a documentação em falta às devidas empresas para poder finalizar a reconciliação bancária.

Na AEVC no departamento de contabilidade, cada contabilista tinha uma carteira de clientes. Esta organização de tarefas proporciona uma gestão mais eficiente do trabalho a desempenhar para cada etapa da contabilidade, cumprindo com os prazos aplicados. Neste sentido, durante o estágio curricular o meu trabalho era auxiliar os meus colegas para que as tarefas fossem realizadas nos respetivos prazos.

3.3.5- Obrigações Fiscais

Após a criação de uma empresa é necessário ter a perceção de que esta vai estar sujeita a várias obrigações de carácter fiscal, contabilístico e social. As organizações têm de cumprir com a entrega de declarações, pagamento de impostos, taxas, e outros, nos prazos estabelecidos. O acompanhamento das alterações fiscais é essencial, pois as mudanças são constantes.

Posteriormente serão apresentadas as obrigações fiscais de uma forma mais detalhada de acordo com as atividades realizadas no decurso do estágio curricular.

3.3.5.1- Contribuição para a Segurança Social

As empresas, logo após a admissão de um colaborador têm de comunicar à segurança social¹⁰ a contratação deste. As entidades são responsáveis pelo pagamento das contribuições e quotizações, ou seja, a contribuição de 11% do rendimento relativamente ao trabalhador e os encargos suportados pela empresa de 23,75%. Este valor irá depender da atividade que o trabalhador desempenha.

¹⁰ Informação retirada do site da Segurança Social, <http://www.seg-social.pt/calculo-das-contribuicoes1>.

A data do pagamento das contribuições e quotizações são entre o dia 10 e 20 do mês seguinte a que diz respeito às remunerações dos colaboradores. No caso do último dia de pagamento coincidir com um sábado, domingo ou um feriado, o pagamento poderá ser realizado até o próximo dia útil. Se a empresa não realizar o pagamento até à data limite, será cobrado juros de mora. As empresas têm de entregar a declaração de remunerações à segurança social de 1 a 10 do mês seguinte aquele que diz respeito. O envio desta declaração é efetuado através do portal da segurança social, onde consta a informação relativamente ao serviço realizado por cada colaborador, o valor da remuneração, o tempo de trabalho desempenhado e a taxa contributiva aplicável. O pagamento das contribuições pode ser realizado através da entidade bancária associada à empresa, nas tesourarias dos serviços de segurança social, transferências bancárias ou através do *Homebanking*.

3.3.5.2- Imposto sobre o Valor Acrescentado

Segundo Costa & Alves (2013), o IVA começou a estar presente em Portugal através do DL nº 394-B/84, de 26 de dezembro, este foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 1986. Com a entrada na UE e com o controlo do Tribunal das Comunidades Europeias, foi permitido a livre circulação de bens e de pessoas no espaço Europeu.

O IVA é composto por dois documentos base, o CIVA e o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI). De acordo com o CIVA, o IVA é um imposto que incide sobre o consumo de bens e prestação de serviços, presente em todas as fases do circuito económico. O consumidor final é quem efetivamente suporta o imposto porque este não deduz o IVA. No caso de se tratar de uma aquisição ou venda intracomunitária é necessário a consulta do RITI, onde consta toda a informação sobre as transações intracomunitárias.

Existem vários regimes de tributação: o normal; especial de isenção; e o regime dos pequenos retalhistas. No regime normal do IVA a empresa ao vender bens ou prestar um serviço obtém IVA liquidado e quando realiza compras obtém IVA suportado. A diferença entre o IVA liquidado e o suportado e dedutível é o valor

que deve ser entregue ao Estado, caso o IVA liquidado seja superior ao dedutível. Se esta situação for inversa a empresa tem IVA a receber do Estado.

Após o cálculo do IVA com o apoio do programa contabilístico, o profissional de contabilidade acede ao portal das finanças para submeter a declaração do IVA, obtendo assim o comprovativo de entrega. Seguidamente a este processo é realizado o pagamento do IVA caso seja necessário. Se porventura existir IVA a favor da empresa é possível deduzir nos períodos seguintes. Se a empresa ao longo de 12 meses continuar a apresentar IVA a seu favor no valor superior a 250€, esta poderá pedir o reembolso.

Quadro 17. Exemplo de uma Empresa com as Seguintes Transações

Fatura Nº	Custo dos bens	IVA da fatura	Total da fatura
255	1000€	230€	1.230€
334	200€	46€	246€
Total	1200	276€	1.476€

Fatura Nº	Valor da venda	IVA da fatura	Total da fatura
122	2.000€	460€	2.460€
233	100€	23€	123€
Total	2.100€	483€	2.583€

Fonte: Elaboração Própria, adaptado de Costa & Alves (2013)

O exemplo apresentado anteriormente é de uma empresa fictícia que vende equipamentos informáticos. Neste momento realizou duas compras, fatura nº255 que custou 1230€ IVA incluído 23% e a fatura nº334 no valor de 246€ IVA incluído de 23%. A empresa também realizou duas vendas, fatura nº122 no valor de 2460€ e fatura nº233 no valor de 123€, ambas com IVA incluído de 23%.

De acordo com o exemplo apresentado a empresa suporta 276€ de IVA referente às compras realizadas e recebe dos seus clientes um valor de 483€. Desta

forma a empresa terá de pagar ao Estado a diferença entre o IVA liquidado e o dedutível (483€-276€=207€).

De acordo com o nº1 do artigo 41 do CIVA, os prazos de entrega das declarações periódicas podem ser mensais ou trimestrais. Quando o regime é mensal, o prazo de entrega é até o dia 10 do segundo mês seguinte aquele que diz respeito. Nesta situação o volume de negócios tem de ser igual ou superior a 650.000€ no ano civil anterior. Na declaração trimestral, o prazo de entrega é até o dia 15 do segundo mês seguinte e o volume de negócios é inferior a 650.000€. Se uma empresa estiver no regime mensal, a declaração do mês de dezembro deverá ser entregue até ao dia 10 de fevereiro. Por outro lado, o regime trimestral a declaração do último trimestre tem de ser entregue até o dia 15 de fevereiro.

O regime especial de isenção ocorre para os sujeitos passivos que não têm contabilidade organizada para efeitos de IRS ou IRC, não realizem importações e exportações, e que o volume de negócios obtido no ano anterior não ultrapasse os 10.000€. Também são isentas de imposto os pequenos retalhistas que tenham volume de negócios superior a 10.000€ e inferior a 12.500€. Se os sujeitos passivos não cumprirem todos os requisitos passam a ser incorporados no regime normal, artigo 53º do CIVA.

Enquadra-se no regime especial dos pequenos retalhistas os sujeitos passivos que não têm contabilidade organizada e que não tenham um volume de compras superior a 50.000€. Para efetuar o cálculo do imposto devido ao Estado é usado o coeficiente de 25% que incide sobre o imposto suportado nas aquisições de bens destinados à venda, artigo 60º do CIVA.

O DL nº186/2009 de 12 de agosto, implementou a utilização da declaração recapitulativa para as empresas que realizarem transmissões intracomunitárias. A declaração recapitulativa de acordo com o nº1 do Artigo 30 do RITI, deve ser enviada via eletrónica até o dia 20 do mês seguinte que diz respeito, se o regime for mensal. Quando o regime é trimestral o prazo de entrega é até ao dia 20 do mês seguinte ao final do trimestre civil.

Durante o estágio curricular, após a realização dos registos contabilísticos das empresas, imprimia a informação onde constava o IVA a pagar ou a recuperar pelas empresas. Esta informação posteriormente era usada pela CC para transmitir no portal das finanças.

3.3.5.3- Imposto Único de Circulação

Segundo o Código do Imposto Único de Circulação (IUC), este imposto incide sobre a propriedade de um automóvel e não se efetivamente o utiliza. Este imposto só finda quando o automóvel é abatido. O IUC substitui o “selo de carro”, que deixou de existir. A última atualização deste imposto ocorreu com a publicação da Lei nº42/2016 de 28 de dezembro.

O pagamento deste imposto deixa de ser pago numa data única passando a ser pago consoante a data de aniversário de cada veículo, isto é, o período de pagamento ocorre durante todo o ano civil. Durante o estágio curricular realizei registos contabilísticos relacionados com o pagamento deste imposto.

3.3.5.4- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

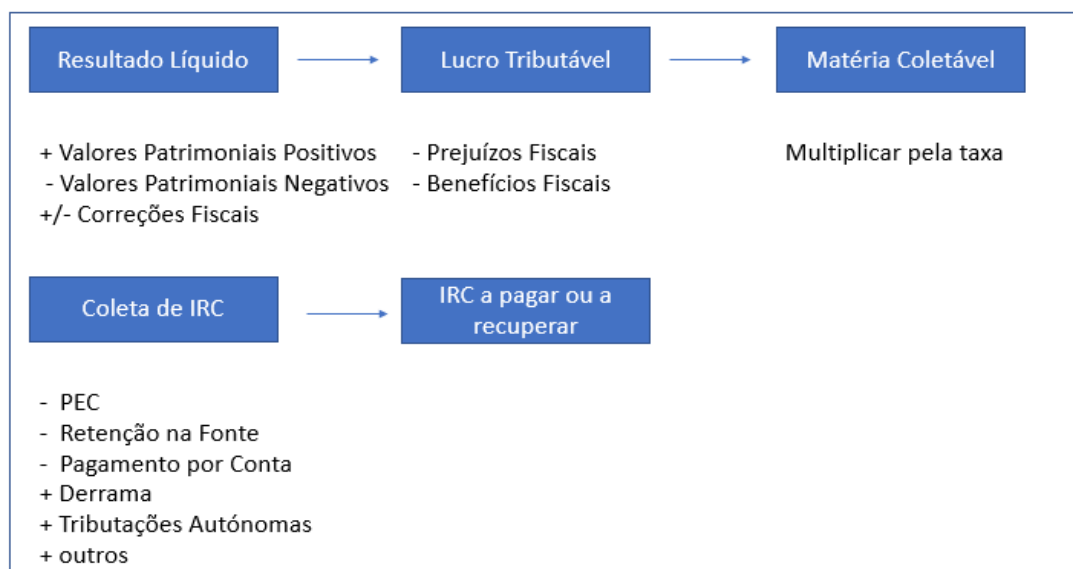
De acordo com o artigo 1º do Código de IRC (CIRC), este é um imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, que incide sobre os lucros de um determinado ano fiscal. Normalmente, o lucro contabilístico difere do lucro utilizado para efeitos fiscais, porque existem gastos que são aceites contabilisticamente, mas não são aceites fiscalmente.

As empresas que estão abrangidas pelo artigo 1 e 2 do CIRC, têm de enviar a declaração Modelo 22 através do portal das finanças onde consta o imposto a pagar ou a recuperar. Para obtermos o valor do IRC é necessário utilizar o RL que a empresa obteve, a este resultado somamos as variações patrimoniais positivas e negativas, aplicando também correções fiscais caso sejam necessárias, obtemos assim o lucro tributável. Posteriormente, deduzem-se os prejuízos e benefícios fiscais, obtendo desta forma a Matéria Coletável. Esta irá ser multiplicada pela taxa de imposto, resultando na coleta de IRC. No caso das pequenas ou médias empresas com matéria coletável até 15.000€ a taxa é de 17%. Acima deste valor a taxa utilizada é de 21%, nº2 do Artigo 87 CIRC.

Na fase final do cálculo do IRC é verificado o Pagamento Especial por Conta (PEC) e o Pagamento por Conta (PPC) já efetuado. Além disso, devemos

acrescentar a derrama e a tributação autónoma que irá adicionar à coleta de IRC. Assim atingimos o IRC a pagar ou a recuperar.

Figura 2. Síntese do Modelo 22



Fonte: Elaboração Própria

3.3.5.5- Derrama Municipal e Estadual

De acordo com o Ofício Circulado nº 20189 e o CIRC, a Derrama Municipal é um imposto que recai sobre o lucro tributável. As taxas deste imposto sofrem alterações anualmente, podendo ascender até 1,50%, para as empresas que ultrapassam o volume de negócios de 150.000€. Também poderá ser aplicada uma taxa reduzida às empresas com volume de negócios inferior a 150.000€. Alguns municípios aplicam isenções às empresas pela criação de emprego para os Municípios e para as empresas que apresentam um bom volume de negócios em determinados sectores de atividade. Para o cálculo deste imposto é necessário consultar o ofício, onde consta toda a informação para cada Município, em relação às isenções e as taxas aplicadas.

Segundo o Artigo 87º - A do CIRC, a Derrama Estadual é um imposto que recai sobre o lucro tributável das entidades residentes com atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e também entidades não residentes, mas com

estabelecimento estável em Portugal. Este imposto é entregue juntamente com o Modelo 22 considerando os pagamentos adicionais por conta realizados em julho, setembro e dezembro. O valor já pago é descontado pelo imposto de Derrama. Nas situações em que o pagamento adicional por conta é superior, as empresas são reembolsadas.

3.3.5.6- Tributação Autónoma

De acordo com o artigo 88º do CIRC, a tributação autónoma de IRC incide sobre os gastos que as empresas apresentam, mas não estão diretamente relacionados com a atividade. Esta tributação é realizada independentemente dos resultados obtidos pela empresa. Se esta contrair prejuízos no ano anterior, a taxa de tributação autónoma vai agravar-se em 10 pontos percentuais, isto porque se a empresa está a ter resultados negativos não faz sentido incorrer com despesas que não são inteiramente necessárias à empresa.

Durante o estágio foram realizados registos contabilísticos relativamente às despesas de representação que vão incorporar-se na tributação autónoma da empresa. No quadro seguinte apresento as despesas que estão sujeitas a esta tributação e as taxas que estão atualmente em vigor.

Quadro 18. Taxas de tributação autónoma a aplicar nos diferentes gastos

Tributação autónoma	Taxa (%)
Despesas não documentadas	50% ou 70%
Despesas de representação	10%
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros, viaturas ligeiras de mercadorias, motos ou motocicletos	Variável entre 5% e 35%
Encargos em relação a despesas de deslocação	5%
Despesas realizadas fora do território português e com regime fiscal mais favorável	35% ou 55%
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos total ou parcialmente isentos	23%
Gastos ou encargos relativos a indemnizações ou quaisquer compensações devidas, relacionado com a cessação de funções de gestor, administrador e gerente	35%
Gastos ou encargos relacionados com bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores e gerentes	35%

Fonte: Elaboração Própria, adaptado de <http://www.deloitte-guiafiscal.com/irc/tributacao-autonoma-gastos>

3.3.5.7- Pagamento por Conta

O PPC é um valor adiantado pelas empresas que irá abater ao valor a pagar de IRC no final do ano. O valor deste imposto é calculado através da coleta de IRC do ano anterior, deduzindo as retenções na fonte. Posteriormente, se o volume de negócios for igual ou inferior a 500.000€, a taxa a aplicar ao valor apurado anteriormente é de 80%. Por sua vez, se este for superior a 500.000€ a taxa a aplicar é de 95%. Seguidamente, o valor do PPC é dividido em três prestações que serão pagas pelas empresas.

Em maio na entrega do Modelo 22, se o valor do IRC for inferior ao PPC, haverá um reembolso à empresa; se por outro lado houver um valor superior do IRC a empresa terá de pagar o valor em falta.

3.3.5.8- Pagamento Especial por Conta

O PEC é um pagamento antecipado realizado pelas empresas que irá cobrir o imposto do período. Segundo o Artigo 106º do CIRC, este pagamento deve ser realizado durante o mês de março ou efetuar o pagamento em duas prestações, em março e outubro do ano a que respeita.

De acordo com o Artigo 107º do CIRC, se o contribuinte verificar na sua informação que o pagamento já realizado é igual ou superior ao imposto que será cobrado no fim do exercício, o contribuinte pode optar por não efetuar os pagamentos das restantes prestações. Nestas circunstâncias é necessário enviar uma declaração a mencionar esta situação. O nº2 deste Artigo, refere que se deixar de pagar 20% do montante que deveria ser pago, existe uma penalização com juros.

O cálculo deste pagamento é igual a 1% do volume de negócios do período de tributação anterior, com limite mínimo de 1.000€. Se o valor for superior ao limite, o excedente é multiplicado por 20% somado aos 1.000€, com limite máximo de 70.000€. A este valor é subtraído o PPC do ano anterior.

O PEC não é aplicável no primeiro e no segundo ano de atividade. A partir do terceiro ano de atividade já é aplicado o PEC. Existe ainda a possibilidade de dispensar este pagamento para os sujeitos passivos que têm isenção total do IRC.

3.3.5.9- Declaração Modelo 10

A Declaração Modelo 10 tem o objetivo de declarar os rendimentos sujeitos a imposto obtidos por sujeitos passivos de IRS ou IRC residentes no território nacional e também as retenções na fonte. Esta declaração deverá ser entregue até o dia 31 de janeiro ou até aos 30 dias posteriores à ocorrência de determinado facto

que altere os montantes declarados, artigo 119º do Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares (CIRS).

A entrega da declaração é realizada no portal das finanças ou em papel pelo CC ou pela pessoa que tem de realizar o preenchimento desta declaração. Após a emissão da declaração é obtido um comprovativo.

3.3.5.10- Retenção na Fonte

As declarações de retenção na fonte são declarações de pagamento onde a empresa faz entregas do valor da retenção do IRS, IRC e do imposto de selo. As empresas quando pagam o vencimento aos trabalhadores, estão sujeitas à retenção na fonte considerando que o valor a pagar vai depender da taxa que é aplicada a cada funcionário. A organização vai realizar o pagamento ao Estado até ao dia 20 do mês seguinte (artigo 98º, nº3 do CIRS). Em relação ao IRS a retenção na fonte pode ser vista como uma espécie de uma prestação, uma vez que não é necessário efetuar o pagamento numa só vez. Anteriormente a este método de pagamento ocorriam vários problemas, porque muitas pessoas já não tinham rendimentos para efetuar o pagamento do imposto, por este motivo surgiu a criação da retenção na fonte. As empresas neste momento têm um papel de intermediário entre o trabalhador e o estado, realizando o pagamento mensal do imposto.

O artigo 94º, nº1 do CIRC, apresenta os rendimentos que estão sujeitos à retenção na fonte. Relativamente aos prazos de entrega, estes são iguais aos que foram apresentados anteriormente.

Durante o estágio verifiquei várias situações de retenção na fonte nos vencimentos dos trabalhadores, na contratação de trabalhadores e nas rendas. A declaração da retenção na fonte é elaborada no portal das finanças.

3.3.5.11- Fundo de Compensação e de Garantia de Compensação do Trabalho

De acordo com o artigo 3º da lei nº70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação de Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), é responsável pelo pagamento de metade da compensação que os trabalhadores têm direito. O empregador é obrigado a aderir a estes fundos podendo substituir o FCT por Mecanismo Equivalente presente no Artigo 36º.

Sempre que existe um novo contrato as empresas têm de requerer o FCT e FGCT eletronicamente até o dia 10 e 20 de cada mês, este também é o prazo para a realização do pagamento. Na situação de ultrapassar o prazo de pagamento são aplicados coimas e juros aos valores devidos. O montante a pagar para estes fundos é de 1% da retribuição base de cada trabalhador. Esta percentagem surge de 0.925% relativamente ao FCT e 0.075% correspondente ao FGCT.

3.3.5.12- Informação Empresarial Simplificada

A Informação Empresarial Simplificada (IES)¹¹, é um documento entregue anualmente via eletrónica no portal das finanças onde consta informação contabilística e financeira. Anteriormente eram realizadas várias declarações com a mesma informação para entregar a várias entidades. Atualmente é apenas realizado um documento, assim as empresas não têm de enviar a mesma informação de formas diferentes para Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal, Conservatórias do Registo Comercial e Administração Fiscal. Com esta mudança as empresas reduziram os custos e o tempo de processamento da declaração.

Esta declaração foi aprovada pela Portaria nº 208/2007, de 16 de fevereiro, e posteriormente sofreu algumas alterações com a Portaria nº 8/2008, de 3 de janeiro, Portaria nº 64-A/2011, de fevereiro e Portaria nº 26/2012, de 27 de janeiro. A IES tem de ser entregue no dia 15 de julho, isto informação referente ao ano anterior.

¹¹ Informação retirada do site da IES, http://www.ies.gov.pt/site_IES/site/home.htm.

O envio desta informação é efetuado pelo CC através do portal das finanças. Posteriormente é recebido uma referência de multibanco para realizar o pagamento no prazo de cinco dias úteis.

Durante o estágio não tive a oportunidade de realizar tarefas relacionadas com o preenchimento desta informação, uma vez que, concluí o estágio em março. Contudo achei importante abordar esta declaração, onde consta toda a informação da empresa relativamente ao IVA, IRC e IRS.

3.3.6- Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares

O IRS é um imposto que incide sobre os rendimentos anuais das seguintes categorias: Categoria A- Rendimentos do Trabalho Dependente, Categoria B- Rendimentos Empresariais e Profissionais, Categoria E- Rendimentos de Capitais, Categoria F- Rendimentos Prediais, Categoria G- Incrementos Patrimoniais e Categoria H- Pensões.

Para o cálculo do IRS são verificadas as despesas ocorridas e as que são elegíveis para a dedução. Durante o estágio curricular realizei a validação de faturas para o IRS dos clientes. Como muitos destes eram trabalhadores independentes existiam despesas relacionadas com a atividade, e outras a nível pessoal. Ao longo deste processo quando alguma categoria não tivesse atingindo o limite máximo de despesas aceites, consultava a documentação dos clientes para verificar se tinham faturas que não constavam no e-fatura, de forma a obter o limite de cada categoria. No processo de validação das faturas por vezes não eram reconhecidas quanto à sua categoria de despesa, nestas circunstâncias verificava a categoria mais adequada entre saúde, educação, habitação, lares, despesas gerais e outras.

3.3.7- Operações de Fim de Exercício

O trabalho desempenhado durante o estágio referente aos registos contabilísticos é a base para a obtenção de informação que posteriormente resulta nas DF. Em relação às operações de fim de exercício, realizei o preenchimento de um documento em Excel relativamente aos inventários de existências que posteriormente foram enviados para a AT.

Ao longo do exercício económico (01 de janeiro a 31 de dezembro) são realizados vários movimentos das operações que ocorreram na empresa, estes vão dar forma às DF e a possibilidade de interpretação por parte das empresas e interessados. De acordo com o artigo 62º do Código Comercial, a obrigação de prestar contas ocorre nos três primeiros meses, ou seja, após o fim do período em análise até março.

De acordo com a estrutura conceptual do SNC as DF representam a situação financeira de uma empresa, o desempenho e as alterações na posição financeira que ocorreram no exercício. Para que a informação financeira seja correta e representativa da situação real da empresa, é necessário realizar processos de conferência de saldos. Ao longo do ano corrente já é possível trabalhar neste sentido através da reconciliação bancária e análises de algumas contas contabilísticas.

A informação financeira tem vários destinatários, sendo eles os investidores, trabalhadores, financiadores, fornecedores, clientes, ou seja, todos os que precisam da informação para a tomada de decisões. Os investidores têm interesse na informação para optar pelas melhores opções de investimento, ou seja, analisar o risco que correm e os lucros que podem obter. Os trabalhadores têm interesse nesta informação por ser uma forma de saber a estabilidade que a empresa poderá dar ao trabalhador e as possibilidades de evolução da carreira. Os financiadores analisam esta informação para verificar se a empresa tem capacidade para o pagamento do empréstimo. Os fornecedores necessitam desta informação pois conseguem verificar se vão receber atempadamente os valores que ainda não foram pagos. Os clientes querem saber a situação financeira da empresa, pois estes dependem desta para que possam funcionar da melhor forma.

As DF apresentadas pelas empresas variam consoante o tipo de entidade. Seguidamente apresento um quadro onde consta os vários tipos de entidades e os limites para integrar cada categoria.

Quadro 19. Quadro com a Representação das Diferentes Entidades

Categorias de Entidades		Até 31 de dezembro de 2015	A partir de 1 de janeiro de 2016
Microentidades	Total do Balanço	500.000€	350.000€
	Volume Negócios Líquido	500.000€	700.000€
	Nº Médio Empregados	5	10
Pequenas Entidades	Total do Balanço	1.500.000€	4.000.000€
	Total de Vendas Líquidas e Outros Rendimentos	3.000.000€	
	Volume Negócios Líquido		8.000.000€
	Nº Médio Empregados	50	50
Médias Entidades	Total do Balanço		20.000.000€
	Volume Negócios Líquido		40.000.000€
	Nº Médio Empregados		250
Grandes Entidades	Total do Balanço		
	Volume Negócios Líquido		
	Nº Médio Empregados		

Fonte: Elaboração Própria, adaptado de Associação Portuguesa da Empresas de Contabilidade e Administração (2016)

Para verificar o tipo de empresa é necessário analisar os limites para cada categoria e também a informação financeira do período anterior. Sempre que dois períodos consecutivos sejam ultrapassados em dois limites, as empresas deixam de estar abrangidas à categoria que pertenciam.

As entidades sujeitas ao SNC têm de apresentar a seguinte informação financeira:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstrações dos fluxos de caixa;
- Anexo.

As microentidades e as pequenas entidades não apresentam a Demonstração das alterações no capital próprio, Demonstração de fluxos de caixa e o anexo. As empresas do sector não lucrativo também apresentam informação financeira, sendo necessário os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções;
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais – por opção ou por exigência de entidades públicas financiadoras;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo.

3.3.7.1- Balanço

O Balanço mostra a posição financeira da empresa num determinado momento. De acordo com Mullis & Orloff (2009), é o mesmo que tirar uma fotografia de um determinado momento da empresa. O balanço é constituído pelo valor dos ativos, passivos e capital próprio.

Com a implementação do SNC foi aplicado a distinção de ativo e passivo corrente e não corrente, deixando de existir o curto, médio e longo prazo. Segundo o parágrafo 14 da NCRF 1, o ativo corrente é aquele que é adquirido com o objetivo de ser vendido e permanecem na empresa até 12 meses. Os outros ativos que têm permanência na empresa superior a este período são considerados não correntes. Em conformidade com o parágrafo 17, os passivos correntes são aqueles que são liquidados até doze meses após a data do balanço. Todos os outros passivos que não se enquadram nos critérios referidos devem ser classificados como não correntes.

3.3.7.2- Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é constituída por vários rendimentos e gastos ocorridos num determinado período. Com a análise destes dados é possível avaliar o desempenho da empresa durante um período de tempo. Segundo Mullis & Orloff (2009), este mapa financeiro é a explicação de como surgiu o balanço de uma forma mais detalhada, é como realizar uma filmagem do que ocorreu com a empresa num determinado momento. A diferença entre os gastos e os rendimentos irá originar o RL do período que é transportado para o balanço.

3.3.7.3- Demonstração das Alterações no Capital Próprio

A Demonstração das Alterações no Capital Próprio não faz ligação entre o ano atual e o ano anterior no mesmo quadro. Esta informação está dividida em duas tabelas onde temos a informação do ano N e N-1. As linhas da Demonstração correspondem às razões das alterações do Capital Próprio e as colunas representam as rubricas. Com esta informação é possível avaliar as alterações que ocorreram nos dois períodos.

3.3.7.4- Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite obter informação acerca das alterações de caixa de uma empresa, desta forma os interessados pela informação financeira conseguem perceber como a empresa pode gerar fluxos de caixa. Estes são apresentados na demonstração em três categorias, atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

3.3.7.5- Anexo

Segundo Correia (2009), o anexo tem o objetivo de apoiar os interessados na informação financeira da empresa, este apresenta informação com mais detalhe que pode fazer diferença para a tomada de decisão. A informação é simples para que qualquer pessoa consiga compreender independentemente da sua área de formação.

De acordo com o parágrafo 42 da NCRF 1, o anexo deve:

- “a) Apresentar informação acerca das bases da preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas;
- b) divulgar a informação exigida pelas NCRF que não seja apresentada na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio ou na demonstração dos fluxos de caixa;
- c) proporcionar informação adicional que não seja apresentada na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa, mas que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas”.

O anexo é composto por notas e outras informações que permite a melhor interpretação e explicação dos dados que são apresentados no Balanço e na Demonstração dos Resultados. Na recolha de informação para este anexo é fundamental que seja realizada uma triagem com controlo, para que a informação apresentada seja útil para os interessados. As pessoas responsáveis pela criação deste documento têm de estar aptas para identificar a informação relevante (Franco & Silva, 2010).

3.3.7.6- Comunicação de Inventário à Autoridade Tributária

De acordo com a portaria nº2/2015, de 06 de janeiro, a comunicação dos inventários é obrigatória para as empresas que tenham sede, estabelecimento estável em território nacional e possuam contabilidade organizada. Esta informação vai ser útil para a AT no sentido de ter acesso e controlo aos custos dos bens vendidos e consumidos.

A AT fornece um documento com o formato *Excel* onde são preenchidas várias informações como o tipo de produto, código do produto, descrição do produto, código de barras ou o número a identificar o produto, quantidade e unidade de medida usada. Posteriormente ao preenchimento do documento é guardado no formato de *csv* ou *xml* para que este depois seja submetido de forma correta no *e-fatura*. No caso de ocorrer algum erro no preenchimento do ficheiro, o sistema não deixa proceder com o envio do documento, neste caso é corrigido o que poderá estar a interferir na validação do documento.

De acordo com a AT as empresas que têm de realizar a comunicação dos inventários e não tenham inventário no fim do período, têm de informar no *e-fatura* a sua situação. Neste caso não necessitam de enviar o documento com a informação dos inventários. Outra das situações que existe a dispensa da comunicação dos inventários é quando as empresas que estão sujeitas à emissão desta informação e no ano anterior apresentem um volume de negócios não superior a 100.000€.

Durante o estágio curricular realizei a comunicação dos inventários das empresas. Primeiramente os clientes entregavam em formato de papel toda a informação sobre os inventários que tinham no fim do exercício, seguidamente realizava o preenchimento no *Excel* da informação entregue pelo cliente. Após o preenchimento, efetuava a conversão do ficheiro para que fosse aceite no portal do *e-fatura*. Por fim com o apoio da CC, era comunicada a informação no portal *e-fatura*.

3.3.8- Outras Atividades Realizadas

Para além das tarefas acima referidas, também tive a oportunidade de realizar outro tipo de trabalhos, tais como: deslocações à repartição das Finanças, onde era efetuado os pagamentos do IVA, coimas de clientes e retenção na fonte de IRS; deslocação às entidades bancárias para efetuar depósitos de numerário ou cheque relativamente a pagamentos realizados pelos clientes da contabilidade; pagamento da segurança social dos trabalhadores das empresas, esta era realizada em diferentes bancos conforme o banco do cliente; e por vezes deslocava-me às empresas dos clientes para receber documentação que era necessária para a contabilidade.

Em relação aos registos contabilísticos no programa SAGE, por vezes ao realizar os registos de compras ou vendas, não existia o fornecedor ou o cliente registado. Nesta situação realizava a criação do fornecedor ou cliente, primeiramente verificava qual era a última subconta de clientes ou fornecedores que tinha sido criada e então utilizava a respetiva ordem para criar novas contas. No preenchimento da informação das entidades era colocado o número de contribuinte, o nome da empresa e o país que pertenciam.

3.4- Impactos do Sistema de Normalização Contabilística na AEVC

Para obter informação sobre o impacto do sistema contabilístico na associação empresarial, realizei uma entrevista à CC de forma a perceber o ponto de vista de uma contabilista que passou por este processo de transição. Nesta entrevista foi abordado a situação do profissional de contabilidade e o impacto que estas alterações contabilísticas provocaram nas empresas.

O CC não considera que houve muitas alterações no trabalho contabilístico, uma vez que as empresas com quem trabalham são micro entidades. Relativamente ao reconhecimento do trabalho realizado pelos profissionais por parte dos clientes, estes não têm noção do trabalho e a responsabilidade que os profissionais têm.

A formação relativamente ao novo normativo foi apenas realizada pela CC. Os restantes colaboradores não tiveram a oportunidade de ter formação, desta

forma a CC teve um papel fundamental para a transmissão dos conhecimentos para os outros colaboradores. A OCC contribuiu para a realização de várias formações para a preparação dos profissionais. Ainda assim, houve outras entidades externas que deram formação aos contabilistas. Em relação aos custos incorridos com a formação, estes não foram muito significativos.

Com a alteração de algumas contas contabilísticas os sistemas informáticos tiveram de ser modificados, de forma a estarem de acordo com as alterações que ocorreram no sistema contabilístico. Ainda assim é frequente as alterações do *software* contabilístico, visto que estão sempre a surgir mudanças fiscais. Para o apoio do sistema informático a associação empresarial tem um contrato com técnicos responsáveis pelas alterações no *software* contabilístico, possibilitando assim as condições necessárias para um bom desempenho.

Com este novo sistema contabilístico os clientes mostraram mais interesse na informação financeira, uma vez que conseguiam compreender com mais detalhe o desempenho ao longo dos anos. No contexto português apesar das empresas serem de pequena dimensão e os empresários já possuírem uma ideia da situação da empresa, com o SNC a informação transmitida era mais detalhada e credível, onde era possível verificar o estado real da empresa. Muitos dos clientes tinham interesse na informação financeira porque queriam evitar o pagamento de impostos.

Na passagem do ano de 2009 para 2010 a empresa utilizou o novo sistema contabilístico para comparar com os resultados que iam ser obtidos. Desta forma, houve muitas alterações que tiveram de ser efetuadas como a alteração de contas contabilísticas. Alguns dados presentes no programa informático tiveram de ser transferidos para as novas contas, este processo trouxe muito trabalho para a organização.

Relativamente aos resultados apresentados pelas DF, segundo a entrevistada o impacto da adoção não foi significativo, referindo que a contabilidade para este tipo de entidades não sofreu muitas alterações. Em relação ao justo valor, a empresa não utiliza este critério de mensuração.

O tempo de preparação para este novo normativo teve início no dia 13 de julho de 2009 até o início do ano de 2010. A CC mencionou que o tempo de preparação não foi suficiente para que os contabilistas estivessem preparados para as alterações contabilísticas e culturais. O departamento de contabilidade antes da

transição do POC para o SNC tinha outro CC, que teve receio das alterações que estavam a ocorrer e optou por abandonar o cargo e focar-se no seu gabinete de contabilidade. Esta medida tomada por este profissional mostra a incerteza que os profissionais estavam a presenciar na altura da transição para o novo normativo.

Em relação aos obstáculos a CC referiu que estes não existiam, salientando algumas das mais valias como a importância da comparabilidade da informação financeira para as empresas que querem entrar para o mercado externo e obter mais investimentos. O papel da harmonização da contabilidade é crucial para o desenvolvimento das empresas num contexto global.

Capítulo IV – Conclusão

O mundo atualmente está cada vez mais evoluído com mercados com uma maior globalização e competitividade. A informação financeira utilizada pelos interessados tem uma tendência convergente, que sustenta a proximidade dos diferentes mercados. A harmonização presente nos diferentes países faz com que os mercados tenham um crescimento constante, de modo, a contribuir com novas oportunidades de crescimento para as empresas não só a nível nacional, mas também internacionalmente.

As vantagens da harmonização são evidentes, mas não podemos considerar que esta situação só produzirá vantagens. A nível mundial os países têm necessidades específicas e culturas bastante diferentes. Nas várias localidades de cada país é possível encontrar culturas e pensamentos diferentes, o que prejudica a aplicação de um normativo semelhante. Neste contexto, mesmo com sistemas contabilísticos idênticos a contabilidade apresentada nos diversos países pode ser diferente, porque a aplicação contabilística pode não estar a ser implementada da mesma forma.

A nível nacional com a entrada do SNC em 2010 houve um ponto importante para a harmonização contabilística, a aplicação deste sistema baseado nas normas internacionais foi uma mais-valia para as empresas que não estavam a conseguir crescer no mercado internacional, uma vez que a informação contabilística era diferente nos outros mercados. Esta divergência impedia o crescimento das empresas para a entrada de outros mercados e até mesmo no investimento dos investidores nas empresas portuguesas.

As empresas cotadas já tinham aplicado as normas internacionais em 2005 o que facilitou na adaptação da aplicação do SNC. Relativamente às empresas não cotadas estas tiveram algumas dificuldades porque não estavam preparadas para esta mudança de mentalidade, contudo, com a formação realizada para os profissionais de contabilidade a mudança foi gradual. Esta foi realizada por várias entidades que tiveram um papel fundamental na implementação do novo sistema contabilístico.

Na empresa onde realizei o estágio curricular não se depararam muitas dificuldades no que diz respeito à alteração do POC para o SNC, dado que, as

alterações não foram significativas por se tratar de empresas clientes de pequena dimensão. Em relação à mudança nas contas contabilísticas e na terminologia usada houve várias alterações o que trouxe muito trabalho para a empresa, pois foi necessário alterar a informação no sistema informático.

Este estágio contribuiu para uma perceção diferente do que ocorre realmente nas empresas. Foi uma experiência muito enriquecedora onde pude relacionar conceitos abordados ao longo do mestrado e implementar na parte prática. Este estágio também fez perceber que a área da contabilidade está em constante alteração, sendo então fundamental que exista uma formação contínua.

A contabilidade ainda sofrerá muitas mudanças, estas serão seguidas pelo acompanhamento dos mercados financeiros, culturas dos países e a evolução tecnológica. Para as empresas tirarem melhor partido da informação contabilística é fundamental que a informação seja perceptível globalmente. Para chegarmos a este ponto ainda existe muito trabalho a desenvolver, mas com o passar dos tempos as diferenças vão ser cada vez menos significativas proporcionando um grande desenvolvimento na globalização dos mercados.

Referências

Ali, A., Akbar, S. & Ormrod, P. (2015). Impact of International Financial Reporting Standards on the Profit and Equity of AIM Listed Companies in the UK. *Accounting Forum*, 40, 45-62.

Amaral, C. (2001). Processo de Harmonização Contabilística Internacional: Tendências Atuais, 10, 33-58.

Araújo, S. (2010). *Impacto da Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas Empresas do PSI20*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa.

Armstrong, C., Barth, M., Jagolinzer, A. & Riedl, E. (2010). Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe. *The Accounting Review*, 85, 31-61.

Bandeira, A. (2009). Efeitos Esperados do Novo Sistema de Normalização Contabilístico. *Visão*. Retirado em 24 de outubro, 2016, de <http://visao.sapo.pt/actualidade/economia/efeitos-esperados-do-novo-sistema-de-normalizacao-contabilistica=f529502>.

Carvalho, C & Martins, C. (2015). Procedimentos Contabilísticos e o Controlo Interno nas Pequenas Empresas. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 1, 33-63.

Correia, L. (2009). SNC vs POC – Uma Primeira Abordagem. *Revisores e Auditores*, julho/setembro, 28-36. Retirado a 20 de outubro de 2017 <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/JulSetem2009/Contabilidade.pdf>.

Costa, B. & Alves, G. (2013). *Contabilidade Financeira 8ª Edição*. Lisboa: Rei dos Livros.

Costa, J. (2008). *O impacto da adoção das IAS/IFRS nas Demonstrações Financeiras das Empresas Cotadas na Euronext Lisboa*. Tese de Mestrado. Universidade do Porto.

Couto, M. & Monteiro, S. (2013). Normativo Contabilístico para Pequenas e Microentidades: Implicações ao Nível do Relato Financeiro. Retirado a 10 de janeiro de 2018 <https://www.occ.pt/news/comcontabaudit/pdf/119.pdf>.

Diaconu, P. (2007). *Impact of Globalization on International Accounting Harmonization*. Retirado a 15 de janeiro de 2018 https://www.researchgate.net/publication/228306347_Impact_of_Globalization_on_International_Accounting_Harmonization.

Farinha, J. (2009). SNC – Oportunidades e Desafios na Mudança. *Contabilidade, outubro*, 39-41.

Franco, P. & Silva, A. (2010, 04 de janeiro). A Importância do Anexo no SNC. *Jornal de Negócios*, 30. Retirado a 5 de dezembro de 2017 <https://www.occ.pt/fotos/editor2/JornalNegocios4Janeiro.pdf>.

Grizonic, A. (2008). *Reporting Financeiro – A Harmonização Contabilística em Portugal*. Projeto Final de Licenciatura. Universidade Atlântica.

Guimarães, J. (2010). Com o SNC um Novo TOC. *Contabilidade, abril*, 34-45. Retirado a 10 de outubro de 2017 https://www.occ.pt/downloads/files/1272547430_ContabilidadeCunhaGui34-45.pdf.

Hung, M. & Subramanyam, K. (2004). Financial Statement Effects of Adopting International Accounting Standards: The case of Germany. *Review of Accounting Studies*, 12, 623-657.

Jermakowicz, E. (2004). Effects of Adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: The Evidence from BEL-20 Companies. *Accounting in Europe*, 1, 51-70.

Legenzova, R. (2016). A Concept of Accounting Quality from Accounting Harmonisation Perspective. *Economics and Business*, 28, 33-37.

Lopes, P. & Viana, R. (2008). The Transition to IFRS: Disclosures by Portuguese Listed Companies.

Lourenço, I. & Branco, M. (2015). Main Consequences of IFRS Adoption: Analysis of Existing Literature and Suggestions for further Research. *Revista Contabilidade e Finanças*, 26.

Martins, M. (2011). *Reg. 1606/2002/CE: Impactos Declarados pelas Empresas Pertencentes ao PSI20*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.

Mullis, D. & Orloff, J. (2009). *O Jogo da Contabilidade*. Centro Atlântico.

Oliveira, M. & Linhares, J. (2007). A Implementação de Controle Interno Adequado às Exigências da Lei Sarbanes-Oxley em Empresas Brasileiras. *Revista de administração e contabilidade da unisinos*, 4, 160-170.

Perramon, J. & Amat, O. (2006). IFRS Introduction and its Effect on Listed Companies in Spain.

Pinheiro, C., Azevedo, G. & Cruz, S. (2013). Do POC ao SNC: Evolução e Aspectos Diferenciadores. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, 3. Retirado a 22 de janeiro de 2018 https://ria.ua.pt/bitstream/10773/12155/1/RPC_13_POC_SNC_V2.pdf.

Pires, A. (2009). *Sistema de Normalização do POC ao SNC*. Lisboa: Publisher Team.

Pires, A. (2010). Os Efeitos e Implicações da Atual Reforma Contabilística (SNC) no Quadro das Relações de Coexistência entre a Contabilidade e a Fiscalidade.

Pires, A. & Rodrigues, F. (2012). O Efeito da Aplicação do SNC no Capital Próprio: Evidência em 50 Empresas Sujeitas a Revisão Legal de Contas.

Pires, J. & Gomes, J. (2011). *Normalização Contabilística para Microentidades*. Vida Económica.

PricewaterhouseCoopers. (2009). A Adoção do Sistema de Normalização Contabilística. Retirado a 2 de julho de 2017 <https://www.pwc.pt/pt/corporate/imagens/snc-set-09.pdf>.

Ribeiro, I. (2010). *Impacto das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro nas Empresas Portuguesas, de Acordo com a Percepção dos TOC'S*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa.

Rodrigues, L. (2010). A Adoção pela primeira vez do SNC – A Norma Contabilística e de Relato Financeiro 3. *Sistema de Normalização Contabilística*, 31-36.

Saraiva, H., Alves, M. & Gabriel, V. (2015). *Normalização Contabilística em Portugal: a sua Evolução e Situação Atual*.

Silva, F., Couto, G. & Cordeiro, R. (2008). O Impacto das International Financial Reporting Standards (IFRS) na Informação Financeira das Empresas Portuguesas. *Revista Universo Contábil*, 5, 129-144.

Sousa, A. (2016). A Preparação do Encerramento de contas de 2016. *Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração*. Retirado a 4 de setembro de 2017 http://www.docs.apeca.pt/docs/apeca-documentos/1_DOCUMENTOS/2016/APECA_prep_EC_2015.pdf.

Sucher, P. & Jindrichouska, I. (2004). Implementing IFRS: A Case Study of the Czech Republic. *Accounting in Europe*, 1, 109-141.

Tsalavoutas, I. (2007). Comparing International Financial Reporting Standards (IFRSs) and Greek GAAP: Financial Statements Effects.

Zaidi, S. & Paz, V. (2015). The Impact of IFRS Adoption. *The Journal of the Theoretical Accounting Research*, 10, 116-141.

Apêndice 1 – Guião de Entrevista

Seguidamente apresento o guião que foi utilizado durante a entrevista realizada à CC, começando por abordar questões relacionadas com os profissionais e posteriormente nas empresas.

- 1- Que impacto as NCRF tiveram no trabalho do contabilista, no que diz respeito à flexibilidade no seu trabalho e no maior reconhecimento perante os clientes?
- 2- A formação da empresa como foi realizada (foram todos os colaboradores, houve dificuldades, houve muitos custos)?
- 3- O sistema informático sofreu muitas alterações?
- 4- A informação financeira tornou-se mais detalhada e com mais qualidade de que forma contribuiu para os clientes e outros interessados pela informação?
- 5- Na passagem do ano de 2009 para 2010, utilizaram o novo sistema (SNC) nesses resultados para comparar a informação?
- 6- Houve alterações muito significativas nos resultados e ativos das empresas?
- 7- O justo valor é utilizado pela empresa? Houve dificuldades na aplicação deste?
- 8- O tempo entre a divulgação da aplicação do SNC e implementação foi suficiente para estar preparado para esta nova etapa da contabilidade em Portugal?
- 9- Que obstáculos tem este novo sistema?